

LUIZ CARLOS REBELATTO DOS SANTOS

PROJETO Nº 52.0847/01-6

**CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA EM REDE: UM PROCESSO
DE CERTIFICAÇÃO ADEQUADO À AGRICULTURA
FAMILIAR AGROECOLÓGICA NO SUL DO BRASIL**

RELATÓRIO TÉCNICO FINAL

Junho de 2005



O Projeto “**CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA EM REDE: UM PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO ADEQUADO À AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA NO SUL DO BRASIL**” foi executado a partir do Termo de Concessão do processo nº 52.0847/01-6 e publicado em Diário Oficial da União em 15/01/2002, celebrado entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e o beneficiário LUIZ CARLOS REBELATTO DOS SANTOS. O mesmo contou com o apoio para a execução da organização não-governamental Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – CEPAGRO. O mesmo atendeu à chamada nº 04/2001 da COAGR.

INSTITUIÇÃO FINANCIADORA

**Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Ministério da Ciência e Tecnologia**

INSTITUIÇÃO DE APOIO À EXECUÇÃO

Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – CEPAGRO

ESPAÇO DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Rede Ecovida de Agroecologia

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Luiz Carlos Rebelatto dos Santos

Engº Agrônomo, Especialista em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável

BOLSISTAS

Anderson Munarini – Acadêmico de Agronomia (ITI)

Luiz Carlos Rebelatto dos Santos (DTI)

Marcos José de Abreu – Acadêmico de Agronomia (ITI)

SUMÁRIO

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES	5
LISTAS DE ABREVIACÕES	6
APRESENTAÇÃO	8
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – A REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA	12
1.1 Histórico	12
1.2 Organização e Funcionamento	14
1.2.1 Conceito	14
1.2.2 Princípios da Rede Ecovida	15
1.2.3 Objetivos da Rede Ecovida	15
1.2.4 Estruturação e funcionamento dos núcleos regionais da Rede Ecovida de Agroecologia	17
1.2.5 Composição geral	18
1.3 Comercialização na ECOVIDA	19
1.3.1 Fundamentos teóricos	19
1.3.1 A visão de comercialização da ECOVIDA	20
CAPÍTULO 2 – CONHECENDO A REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA	22
2.1 Introdução	22
2.2 Cadastramento das organizações filiadas à ECOVIDA	23
2.2.1 Metodologia do cadastramento e do tratamento dos dados	23
2.2.2 Resultados e Discussão	23
2.3 Pesquisa Organização e Funcionamento	27
2.4 Levantamento expedito	32
CAPÍTULO 3 – NÚCLEO REGIONAL LITORAL CATARINENSE	34
3.1 Introdução	34
3.2 Metodologia Utilizada e Resultados	34
3.2.1 Encontros do núcleo	34
3.2.2 Encontros com os grupos	36
3.2.3 Curso de agroecologia	37

3.2.4 Inserção do núcleo na dinâmica da ECOVIDA	38
3.2.5 Certificação Participativa no núcleo	39
3.2.6 Apresentação da metodologia de trabalho em eventos	41
CAPÍTULO 4 – CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA EM REDE	41
4.1 Introdução	41
4.2 Normas ECOVIDA de produção ecológica	42
4.3 Normas de certificação	43
4.3.1 Metodologia da sistematização da CPR	43
4.4 Os fundamentos da CPR	44
4.4.1 Passos para a obtenção do Selo Ecovida	48
4.5 Pesquisa Certificação Participativa em Rede	49
4.5.1 Objetivo da pesquisa	49
4.5.2 Metodologia utilizada e resultados	49
4.6 Caderno de Formação em CPR	53
4.7 Capacitação em CPR	54
4.8 Pesquisa Monitoramento	55
4.8.1 Objetivo da pesquisa	55
4.8.2 Metodologia utilizada e resultados	55
CAPÍTULO 5 – CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL DA REGULAMENTAÇÃO DOS ORGÂNICOS	58
5.1 A construção da lei 10.831	61
5.2 Destaques do Processo Regulamentar e Perspectivas de Reconhecimento dos SPGs	63
5.3 O SPG/CPR da ECOVIDA e a regulamentação brasileira	67
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
ANEXOS	73

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração I – A Rede Ecovida de Agroecologia e seus componentes	16
Tabela 1: Locais, valores e percentual relativo de produtos ecológicos comercializados pelas organizações integrantes da Rede Ecovida de Agroecologia no ano de 2003.	20
Tabela 2: Resumo dos núcleos filiados à Rede Ecovida, municípios abrangidos, grupos e informações agrárias e produtivas (Entre 2002 e 2003).	25
Tabela 3: Composição da Rede Ecovida de acordo com os núcleos regionais.	33
Tabela 4: Informações sobre os encontros do núcleo Litoral Catarinense.	35
Tabela 5: A avaliação realizada pelos participantes ao final do curso de agroecologia.	38
Tabela 6: Trabalhos realizados no âmbito do núcleo Litoral Catarinense.	41
Tabela 7: Certificação Participativa em Rede e suas características.	47
Tabela 8: Passos para a obtenção do selo Ecovida.	48
Tabela 9: Síntese do monitoramento da CPR nos Núcleos que já utilizam o selo.	57,58
Gráfico 1: Tempo de existência dos 18 núcleos originais dentro da Rede Ecovida.	27
Gráfico 2: Frequência com que os núcleos se reúnem.	28
Gráfico 3: Número de municípios com produção agroecológica nos núcleos Ecovida.	28
Gráfico 4: Número total de organizações filiados por núcleo.	29
Gráfico 5: Número de organizações de agricultores filiados por núcleo.	29
Gráfico 6: Número de famílias participando em cada núcleo.	30
Gráfico 7: Número de feiras realizadas nos núcleos regionais.	30
Gráfico 8: Localizações mais comuns onde os encontros do núcleo acontecem.	31
Gráfico 9: Maior dificuldade para a realização dos encontros de núcleo.	31
Gráfico 10: Porcentagem de grupos que preencheram os cadastros de filiação da Rede.	32
Gráfico 11: Situação geral do processo de certificação dos núcleos.	49
Gráfico 12: Formas de preenchimento do Formulário para Requerimento da Certificação – FRC.	50
Gráfico 13: Maior dificuldade encontrada pelo conselho de ética.	51
Gráfico 14: Porcentagem de agricultores que apresentam de plano de conversão.	51
Gráfico 15: Maior dificuldade na transformação agroecológica de toda a UPF.	52
Gráfico 16: Geração de credibilidade gerada pela CPR.	53

LISTAS DE ABREVIACÕES

AAO – Associação de Agricultura Orgânica

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AC – Avaliação da Conformidade

ACS – Associação de Certificação Sócio Participativa da Amazônia

AE – Agroecologia

AECIT – Associação dos Agricultores Ecológicos de Ituporanga

AIECP – Associação Ecológica de Certificação Participativa

AESTA – Associação dos Agricultores Ecológicos de Santa Tereza – Aurora

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

AO – Agricultura Orgânica

AOPA – Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia

APACO – Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense

BIOATIVAS – Cooperativa de Produtores de Plantas Bioativas

CE – Centro Ecológico

CEMEAR – Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais

CEPAGRI – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais

CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo

CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares

CODEX – *Codex Alimentarius*

CPR – Certificação Participativa em Rede

CSAO – Câmara Setorial da Produção Orgânica

ECO – Associação ECO de Agricultura Ecológica

ECOVIDA – Rede Ecovida de Agroecologia

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.

FRC – Formulário para Requerimento da Certificação

GAO – Grupo de Agricultura Orgânica

IAF – *International Accreditation Forum*

IBD – Instituto Biodinâmico

IFOAM – *International Federation of Organic Agriculture Movements* (Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica)

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

IN 07 – Instrução Normativa nº 07 publicada pelo MAPA em maio de 1999

IN 06 – Instrução Normativa nº 06 publicada pelo MAPA em janeiro de 2002

IPAB – Instituto de Permacultura Austro Brasileiro

ISO – *International Organization for Standardization*

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MAELA – Movimento Agroecológico da América Latina e Caribe

OAC – Organismo de Avaliação da Conformidade

OCP – Organismo de Certificação de Produto

OMC – Organização Mundial do Comércio

PESAGRO – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SPG – Sistema Participativo de Garantia

UPF – Unidade de Produção Familiar

VIANEI – Centro Vianei de Educação Popular

APRESENTAÇÃO

O Projeto “**CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA EM REDE: UM PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO ADEQUADO À AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA NO SUL DO BRASIL**” foi executado a partir do Termo de Concessão do processo nº 52.0847/01-6 entre o CNPq e o pesquisador com o respaldo para execução do CEPAGRO, tendo como espaço para realização das ações a Rede Ecovida de Agroecologia.

Este projeto foi apresentado ao CNPq no intuito de contribuir para a construção e sistematização da metodologia de certificação participativa em rede desenvolvida pela ECOVIDA numa perspectiva interna, para dentro da Rede e externa, no ambiente interinstitucional que norteia as questões relativas à agricultura orgânica, a certificação e os regulamentos deste setor. O principal motivo do ponto de vista interno foi a necessidade encontrada pelas organizações integrantes da ECOVIDA em estudar melhor e “colocar no papel” a prática de muitos anos e do ponto de vista externo, poder caracterizar seu procedimento como pertinente e fruto de relações sociais que fosse capaz de não permitir que o mercado ou a legislação prejudicasse sua história e seu trabalho.

Nosso voto é de uma boa leitura e que as informações aqui contidas, embora não conclusivas, possam contribuir para o conhecimento e a prática de todos aqueles que trabalham com e pela agroecologia e por um mundo mais saudável e justo.

Boa leitura.

Luiz Carlos Rebelatto dos Santos
Coordenador e bolsista do projeto

INTRODUÇÃO

A história conta que a origem dos sistemas de garantia para produtos agrícolas dentro da visão da avaliação da conformidade coincide com a luta de pequenos produtores de vinho na França para diferenciar seus produtos, com claro apelo regional, cultural e tradicional; daqueles produzidos numa maior escala nas indústrias que se desenvolviam fortemente no início do século XX. Com o passar dos anos, normas e acordos foram desenvolvidos, sendo que a sua verificação e controle eram realizados pelas próprias associações de agricultores, de apoio e de consumidores de uma maneira descentralizada e autárquica.

No caso da produção orgânica¹, as primeiras normas passaram a ser construídas na década de 40 pelas organizações de agricultores. Boa parte destas organizações, partilhando dos ideais de uma agricultura saudável, fundam em 1972 a Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica – a IFOAM. Com o passar dos anos a IFOAM desenvolve, após uma intensa participação de seus membros, o seu Sistema de Garantia Orgânica (OGS), baseado em normas privadas e voluntárias, num programa de acreditação de organismos de certificação e da certificação propriamente dita.

Em virtude do crescimento do mercado, do distanciamento das vendas e do comércio entre os países e da especialização da produção e das atividades agrícolas, este aspecto passa a despertar interesse e ser tratado pelos governos numa perspectiva regulamentar. No Brasil, a agricultura orgânica dispõe de uma lei (nº 10.831) que foi sancionada pelo Presidente da República em 23/12/2003 e que se encontra em fase de regulamentação. Esta lei é o resultado de mais de 10 anos de debates realizados por diversas organizações em torno do tema a partir do momento em que o governo de nosso país passa a demonstrar interesse no assunto.

Os debates em torno dos sistemas de garantia orgânica têm sido intensos nos últimos anos. Vários fatores têm contribuído para isso, sendo que podemos citar: Certificação compulsória (obrigatória) na maioria das legislações; altos custos dos serviços dificultando o acesso de pequenos produtores; normas de produção cada vez mais rigorosas e às vezes pouco adaptadas às características das iniciativas em agricultura orgânica nos países em

¹ Aqui o conceito de orgânico é o previsto no texto da Lei 10.831.

desenvolvimento; discordância quanto ao paradigma de que um organismo independente seja o único capaz de assegurar confiabilidade no processo (certificação); certificação atuando como uma barreira que dificulta a ampliação da agricultura orgânica; entre outros.

Neste sentido, diversas organizações em todos os continentes têm procurado desenvolver sistemas participativos de garantia (SPGs) numa perspectiva de contrapor os fatores acima citados.

“Os Sistemas Participativos de Garantia têm um objetivo comum com os Programas de Certificação Convencional, que é fornecer uma garantia honesta para consumidores que procuram o produto orgânico. A diferença está na abordagem. Como o nome sugere, a participação direta de agricultores e de consumidores no processo de certificação não é apenas incentivada mas deve ser requerida. (...) Em evidente contraste com os sistemas existentes de certificação que começam com a idéia de que agricultores têm que provar que estão cumprindo as normas para serem certificados, programas SPG usam uma abordagem baseada na integridade que começa a partir da confiança. É construída com transparência e abertura em um ambiente que minimiza hierarquias e níveis administrativos”²

Algumas organizações que desenvolvem SPGs vislumbram e até desejam o seu reconhecimento por parte das regulamentações oficiais, mas isto é uma possibilidade recente e um tanto rara. O fato da lei brasileira estar sendo regulamentada neste momento rico em debates, fez com que ela fosse concebida numa perspectiva que abre, de certa maneira, esta possibilidade. Embora a lei coloque a certificação como compulsória, ela prevê uma exceção no caso da comercialização direta por parte dos agricultores familiares, além de remeter aos regulamentos as definições quanto às diferentes formas e sistemas de certificação existentes no país, fazendo uma alusão clara do desenvolvimento de distintos mecanismos de garantia.

Uma das iniciativas pioneiras na prática de SPG no Brasil é a Rede Ecovida de Agroecologia. Fundada em novembro de 1998 em Santa Catarina e ampliada em 2000 para o Sul do Brasil, a Ecovida consiste num amadurecimento e compromisso compartilhado entre mais de 300 organizações de agricultores ecologistas, de consumidores e ONGs dentre as quais algumas apresentam mais de 20 anos de trabalho. Organizada em núcleos regionais, a Rede desenvolve uma série de atividades em prol do fortalecimento da agroecologia, entre elas a certificação participativa – uma forma de SPG.

Esta realidade tem a contribuição, em grande parte, deste projeto apoiado pelo CNPq. Proposto e aprovado em 2001, o projeto teve os recursos liberados para sua execução em maio de

² http://www.centroecologico.org.br/certificacao_participativa.php

2002 e a concessão das bolsas efetivada em junho de 2003. O mesmo foi coordenado pelo Engenheiro Agrônomo e Especialista em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável Luiz Carlos Rebelatto dos Santos que também atuou como bolsista, executado através do CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia. Contou com os bolsistas e estudantes de Agronomia, Marcos José de Abreu da UFSC e Anderson Munarini da Unochapecó.

As ações propostas no projeto original tiveram ligeiras alterações em virtude do processo vivido pela ECOVIDA e organizações que a compõe. Do contrário que se possa imaginar num primeiro momento, estas mudanças contribuíram em muito no aperfeiçoamento do processo de certificação participativa e na organização e fortalecimento da Rede. Dizemos isto, pois este projeto foi muito além do que era previsto.

Assim, apresentamos o relatório do projeto em 6 capítulos, a saber: 1. Rede Ecovida de Agroecologia – que aborda o histórico da Rede, sua organização e funcionamento e os aspectos relativos à comercialização; 2. Conhecendo a Rede Ecovida de Agroecologia através das informações do cadastramento, da pesquisa e do levantamento expedito; 3. Núcleo Regional Litoral Catarinense com a metodologia de trabalho e as ações realizadas em seu processo organizativo; 4. Certificação Participativa em Rede abordando as normas de produção e certificação, os fundamentos da CPR, a pesquisa da sua prática nos núcleos, o caderno de formação e a capacitação em torno dele, bem como a pesquisa de monitoramento. O capítulo 5 diz respeito ao contexto do trabalho da ECOVIDA na perspectiva nacional e internacional e quais as tendências que estão colocadas. O capítulo 6, por fim, aponta algumas conclusões.

CAPÍTULO 1 – A REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

1.1 Histórico

A Rede Ecovida de Agroecologia mostra-se mais antiga do que sua criação em 10 de novembro de 1998. Ela surge no Sul do Brasil como resultado de processos históricos realizados por organizações não governamentais³ na construção de uma alternativa ao modelo de agricultura em curso caracterizado pela chamada Revolução Verde. Tal modelo imprimiu mudanças significativas na agricultura mundial através do aumento do uso de máquinas agrícolas, sementes híbridas, fertilizantes químicos e agrotóxicos, artificializando, em muito, o processo de produção de alimentos. Segundo ALMEIDA *et al* (2001), este modelo dá hoje mostras evidentes de incompatibilidade com a manutenção da capacidade produtiva, com a equidade social e com o equilíbrio dos ecossistemas.

Há mais de 30 anos vem-se construindo na região Sul, alternativas concretas de organização, produção, processamento e comercialização baseada numa nova ética, compreendida enquanto valores e princípios de respeito ao ambiente, de solidariedade, de cooperação, de respeito às diferenças, de resgate da cultura local, de valorização dos seres humanos e da vida. Esta visão de agricultura – que traz consigo uma proposta de desenvolvimento sustentável – é chamada de AGROECOLOGIA. Segundo ALTIERI (2001), Agroecologia é entendida como “uma ciência que emprega metodologias para estudar as relações em agroecossistemas e avaliá-los. Como parte deste sistema, as questões humanas e sociais são fundamentais, do ponto de vista técnico, ela trabalha com princípios e não receitas”.

Foi este contexto que motivou o surgimento da Rede Ecovida, como processo de evolução e consolidação de alternativas desenvolvidas ao longo dos anos, agregando entidades de agricultores familiares, instituições de assessoria como as ONG's⁴, organizações de consumidores⁵, processadores e comerciantes de produtos ecológicos em pequena escala, além de pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia.

³ Como a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) .

⁴ Como ONG's de referência no Sul do Brasil citamos: a Assesoar no PR criada em 1966, o Centro Vianeí em SC criado em 1983 e o Centro Ecológico no RS criado em 1985.

⁵ As organizações de consumidores são representadas por grupos e cooperativas de consumo, associações de moradores e de bairro. Em relação às cooperativas podemos citar a Coopet em Três Cachoeiras – RS.

A Rede Ecovida desenvolve diversas atividades de promoção da agroecologia, dentre elas a certificação de produtos ecológicos através de um processo criado a partir da realidade do Sul do Brasil e centrado na agricultura familiar organizada, chamado Certificação Participativa em Rede. A Rede Ecovida definiu pela utilização da denominação “produto ecológico” em vez de “produto orgânico” por entender que desenvolve uma agricultura ecológica sob os princípios da agroecologia e não apenas uma agricultura de substituição de insumos (de químicos para orgânicos) cujos produtos também podem, segundo a legislação, receber a denominação “orgânico”.

O debate em torno da certificação tomou proporções mais significativas no Brasil a partir de 1994, quando o Ministério da Agricultura iniciou o processo de normatização da produção, da certificação para o fornecimento de um selo de qualidade e da comercialização de produtos orgânicos⁶. Inicialmente, ele foi realizado sem a participação dos diversos atores interessados no tema, o que gerou a mobilização por parte das instituições que defendiam uma ampla discussão em torno do assunto. Após embates iniciais, o Ministério convidou as organizações e pessoas que representavam a diversidade de experiências no Brasil. Com o novo processo, verifica-se uma clara divergência entre as diferentes instituições envolvidas. Por um lado, as que seguiam o modelo proposto pela IFOAM, representado pela presença de uma certificadora externa e inspetores ou auditores desconectados das iniciativas a serem certificadas. Por outro lado, as organizações que defendiam que o selo orgânico era desnecessário. Argumentava-se, inclusive, que era preciso colocar um “selo vermelho” naqueles produtos produzidos com agrotóxicos e não um “selo verde” nos orgânicos por diversos motivos, dentre eles: processo oneroso, sobre-preço dos produtos, elitização do consumo, desrespeito às iniciativas locais, não conformidade com o processo histórico desenvolvido pela agricultura ecológica familiar e a sobrevalorização da exportação. Ainda havia o posicionamento de pessoas que sustentavam a idéia de que, caso a certificação fosse imprescindível, ela poderia ser realizada pelos pequenos agricultores reunidos em grupos e associações ou ainda por empresas com fins lucrativos como em outros países.

Após um longo debate, a IN 07 foi elaborada e publicada em maio de 1999. Ela almeja ser uma proposta de normatização que contempla a diversidade dos processos desenvolvidos no

⁶ Esta “decisão” do Ministério da Agricultura é verificada a partir de pressões de produtores, exportadores e certificadoras para acessar outros mercados como o da Comunidade Econômica Européia. Para isso, o Brasil necessita de um sistema de normas e de certificação oficial que respalde os produtos orgânicos.

Brasil, inclusive as formas pela qual a certificação é realizada. Podemos observar este fato em seu conteúdo que diz: “(...) as certificadoras adotarão o processo de certificação mais adequado às características da região onde atuam, desde que sejam observadas as exigências legais...” (DESER, 1999, p.10).

Paralelo a este debate nacional ocorria em Santa Catarina, uma forte pressão por parte de órgãos públicos para a criação de um comitê, que monopolizaria todo o processo de certificação. Este fato não só se mostrava contrário às deliberações nacionais como se desvinculava dos processos agroecológicos desenvolvidos no estado. Isto acarretou uma forte mobilização das organizações dos agricultores e das ONG's que começaram a pôr em prática a idéia da constituição de uma “rede de certificação participativa”, primeiro nome dado à Rede Ecovida de Agroecologia. Assim, os debates em torno de uma nova proposta de certificação foram se consolidando, agregando organizações parceiras no Paraná e no Rio Grande do Sul.

O processo iniciado em novembro de 1998 em Santa Catarina e ampliado em 2000 para o Sul do Brasil apontou alguns pontos importantes, que caracterizavam a proposta:

- Necessidade e possibilidade de reconhecimento e respaldo mútuos entre os grupos e associações de agricultores ecologistas e as organizações de assessoria em agroecologia;
- As organizações participantes (grupos, associações e ONG's) formam uma rede, sem hierarquias e orientada por princípios e objetivos definidos para a promoção da agroecologia;
- A certificação deve ser participativa, ou seja, a responsabilidade de garantir qualidade do produto é compartilhada pelos agricultores, técnicos e consumidores e;
- Necessidade de criar uma marca e um selo para o mercado, que represente a Rede. A marca será utilizada para caracterizar o processo: material de divulgação (jornais, revistas, folders, banners,...) (**anexo1**); material didático (livros, cartilhas, vídeos,...). Os selos seriam colocados nos produtos para retratar sua qualidade.

1.2 Organização e Funcionamento

1.2.1 Conceito

A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares ecologistas e suas organizações, organizações de assessoria e simpatizantes com a produção, o

processamento, a comercialização e o consumo de produtos ecológicos. A Rede trabalha com princípios e objetivos definidos e tem como metas fortalecer a agroecologia em seus mais amplos aspectos, gerar e disponibilizar informações entre os participantes e criar mecanismos legítimos de credibilidade e garantia dos processos desenvolvidos por seus membros.

1.2.2 Princípios da Rede Ecovida

- Ter na agroecologia a base para o desenvolvimento sustentável⁷;
- Trabalhar com agricultores e agricultoras familiares e suas organizações;
- Ser orientada por normativa própria de funcionamento e de produção;
- Trabalhar na construção de mercado justo e solidário⁸;
- Garantir a qualidade através da certificação participativa.

1.2.3 Objetivos da Rede Ecovida

- Desenvolver e multiplicar as iniciativas agroecológicas;
- Incentivar o associativismo na produção e no consumo de produtos ecológicos;
- Gerar, articular e disponibilizar informações entre organizações e pessoas;
- Aproximar, de forma solidária, os agricultores e os consumidores;
- Ter uma marca e um selo que expressam o processo, o compromisso e a qualidade;
- Fomentar o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular.

A Rede Ecovida de Agroecologia passou a ser constituída por núcleos regionais a partir de 2001, os quais são formados pelos membros da Rede em determinada região geográfica com características físicas e organizacionais semelhantes e, geralmente, com a presença de uma ONG de assessoria (**Ilustração I**). Os núcleos promovem a troca de informações, credibilidade e produtos. Juridicamente a Rede Ecovida mostra-se como um ente despersonalizado.

⁷ Há mais de 70 definições sobre desenvolvimento sustentável. Na verdade, este termo é utilizado por qualquer pessoa ou organização com interesse e fim diverso. Entretanto, entendemos que não se constrói o desenvolvimento sustentável sem sustentabilidade ambiental, social e econômica, aspectos estes presentes na agroecologia.

⁸ A Rede Ecovida acredita ser possível aproximar os agricultores e os consumidores a fim de que ambos construam um mercado onde a remuneração pela atividade e pelos produtos agropecuários seja justa, sem a exploração de quem produz nem de quem compra.

1.2.4 Estruturação e funcionamento dos núcleos regionais da Rede Ecovida de Agroecologia

Ao longo do aprimoramento do trabalho da Rede Ecovida várias mudanças foram necessárias. Talvez a principal tenha sido a organização da ECOVIDA em núcleos regionais a partir do final do ano 2000 e início de 2001. Nesta modificação, alguns passos e atividades foram deliberados e sugeridos e socializados às regiões para um melhor desenvolvimento das ações.

1. Aprovação da criação do Núcleo Regional em Encontro Ampliado – a criação ou desmembramento de um NR deve passar primeiro pela coordenação estadual antes de ser discutida e aprovada em Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia.

2. Definir uma entidade responsável pela organização inicial do NR que se constitua em uma referência para contato e troca de informações com a Rede e com a Associação Ecovida.

3. Responsabilidades do NR perante a Rede Ecovida

- Entregar e atualizar os cadastros de adesão à Rede.
- Cobrar as anuidades e repassar 50% do valor para a Rede Ecovida.
- Participar ativamente dos Encontros Ampliados da Rede Ecovida
- Ter atualizados e disponíveis os FRCs e preencher a solicitação da quantidade de selos.
- Preencher e entregar relatórios e documentos quando demandados pela legislação.

4. Atividades do Núcleo Regional

- Nos encontros do núcleo, promover a discussão de experiências de cada membro, o intercâmbio/comercialização de produtos, a troca de informações, além da certificação.
- Publicar materiais.
- Montar um banco de dados dos produtos disponíveis na região.
- Garantir o processo de certificação (preenchimento dos cadastros, visitas às propriedades...) adotando dinâmica própria de acordo com as normas da Rede e a sua realidade.
- Assumir a Rede Ecovida, divulgando a marca em feiras, faixas, bonés, camisetas, materiais...

5. Estrutura e funcionamento sugerido ao Núcleo Regional

- Coordenação – a critério de cada Núcleo.

- Encontros do NR – mínimo de 2 por ano, com a participação de 2 representantes por organização associada.
- Conselho de Ética – no núcleo ou municipal.
- Regimento Interno/ Normas – sugere-se a elaboração.
- Finanças – sugere-se um tesoureiro. De acordo com o tamanho do Núcleo Regional é bom abrir uma conta para administrar os recursos do Núcleo.
- Secretaria – sugere-se um secretário(a) para registrar os debates e encaminhamentos das reuniões.

6. Passos para filiação à Rede Ecovida

1. Ser indicado por 2 membros atuais.
2. Ser aprovado pelo núcleo que irá compor.
3. Preencher o cadastro de organização.
4. Pagar a anuidade.
5. Participar dos encontros do núcleo e da Rede.
6. Acatar as normas de organização e funcionamento do núcleo e da Rede.

1.2.5 Composição geral

No último levantamento realizado em junho de 2005 (Capítulo 2), a Rede Ecovida é composta por 21 núcleos regionais em distintos estágios de organização, que abrangem 180 municípios e reúnem 2.438 famílias de agricultores organizados em 272 grupos, associações e cooperativas. Também conta com 28 ONG's; pequenas agroindústrias; 17 comercializadoras de produtos ecológicos e 6 cooperativas de consumidores; além de colaboradores. Quanto à comercialização, há 137 feiras ecológicas em todo o Sul do Brasil ligadas à ECOVIDA. Apesar das feiras se constituírem na forma de comercialização mais estimulada pela Rede, seus integrantes também realizam vendas em supermercados e no mercado externo, além de experiências de comercialização nos chamados mercados institucionais⁹ em municípios e estados.

⁹ É o caso da merenda escolar, hospitais e restaurantes de instituições públicas. Esta forma de comercialização mostra-se como uma alternativa para a ampliação da proposta agroecológica junto com à agricultura familiar.

1.3 Comercialização na ECOVIDA

1.3.1 Fundamentos teóricos

A nova sociologia econômica considera que os atores sociais estão inseridos na vida econômica através das relações sociais. Granovetter (1985) demonstrou que o mercado é constituído por redes interpessoais e considera a ação econômica como uma forma de ação social, onde, além dos objetivos econômicos, os atores procuram também atingir objetivos sociais como reconhecimento, sociabilidade, estatuto e poder.

Para Granovetter, as redes sociais facilitam a circulação de informações e asseguram a confiança ao limitar os comportamentos oportunistas. As redes podem se organizar com laços fortes (entre familiares e amigos) e laços fracos (entre conhecidos), sendo estes últimos mais importantes e decisivos que os primeiros, pois estabelecem pontes entre as redes, permitindo o acesso do indivíduo à várias redes, a outros universos, contatos, conhecimentos. Neste sentido, o comportamento não é uma escolha racional e individual, pois os laços sociais influenciam as trajetórias. Assim, num mesmo país ou numa mesma região, diversos grupos sociais terão resultados econômicos diferenciados, dependendo de sua estrutura social.

Desta forma, as ações econômicas não acompanham os caminhos da maximização, tal como reivindicam os economistas, mas acompanham muito mais os caminhos consideravelmente mais complexos como no caso das redes existentes. Alguns estudiosos apontam para a emergência de um novo tipo de capitalismo que chamam de o capitalismo de redes. O que necessita ser aprofundado, no entanto é se sempre existiram as redes ou se elas são uma manifestação atual.

Segundo Fligstein (2001), o mercado não é absoluto, uniforme e singular, mas uma construção social, com diversidades e por isso mesmo plural. As economias não são iguais e nem seguem um modelo único, e por isso, não pode ser usado o mesmo modelo em todos os locais. Para Fligstein, o mercado é visto como um “mundo estável”, onde as regras objetivam evitar uma guerra. Nesta condição as empresas buscam controlar a concorrência em termos de preços e evitar o enfrentamento direto. Estão mais preocupadas com outras empresas do que com o consumidor e as leis reflete, na maioria das vezes, o interesse das forças mais organizadas da sociedade. O Estado é um dos atores preferenciais na construção e manutenção das mesmas e o mercado se torna político.

1.3.2 A visão de comercialização da ECOVIDA

Para a ECOVIDA, a comercialização de produtos ecológicos é apontada como um dos gargalos no tocante à agricultura ecológica. Ela acredita ser fundamental que este aspecto busque a viabilização dos agricultores familiares ecologistas ao mesmo tempo que insere um número crescente de consumidores. Isto objetiva a não eternização de uma condição de nicho de mercado¹⁰ que venha a manter num baixo percentual a quantidade de consumidores destes produtos.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Cepa em Santa Catarina no ano de 2001, mostrou que **58,54%** dos agricultores filiados à Rede Ecovida comercializam em feiras livres enquanto os dados globais (todos os agricultores pesquisados) indicam que **42,63%** vendem nestes espaços. Quanto à venda na propriedade, esta modalidade é praticada por **40,24%** dos agricultores filiados e **33,14%** do geral da pesquisa. Por outro lado, a venda em supermercados é realizada por apenas **9,15%** dos agricultores ligado à Rede enquanto **17,28%** é o índice geral. Isto mostra uma tendência marcante na prioridade que a ECOVIDA dá para a venda direta. No **anexo 2** podemos observar outros dados desta pesquisa.

No ano de 2004, a Rede Ecovida realizou um senso sobre a comercialização de seus filiados, relativa à safra 2003. Na tabela abaixo, podemos ver os valores de produtos ecológicos comercializados pelos integrantes da ECOVIDA.

Tabela 1: Locais, valores e percentual relativo de produtos ecológicos comercializados pelas organizações integrantes da Rede Ecovida de Agroecologia no ano de 2003.

Local	Valor comercializado	Percentual relativo
1. Feiras Ecológicas	R\$ 8.946.682,25	26,89%
2. Exportação	R\$ 6.975.796,00	20,97%
3. Mercado Institucional	R\$ 5.854.783,39	17,60%
4. Grandes Supermercados *	R\$ 2.238.804,00	6,73%
5. Agroindústria *	R\$ 1.434.370,60	4,31%
6. Atacadista e Distribuidor Ecológico	R\$ 1.123.408,23	3,38%
7. Lojas Especializadas	R\$ 1.111.225,00	3,34%
8. Outros Locais	R\$ 5.584.713,50	10,05%
TOTAL	R\$ 33.269.782,97	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa de campo do projeto de comercialização da Ecovida.

* Produto Ecológico comercializado ecológico ou convencional.

¹⁰ Fligstein 2001 define nicho de mercado como uma tentativa de evitar a concorrência direta através da diferenciação de um produto específico em relação aos de seus concorrentes.

Estes dados confirmam a tendência visualizada anos antes em Santa Catarina quanto à priorização dos canais de comercialização de cadeia curta que é caracterizado pela participação direta dos agricultores e dos consumidores. As feiras ecológicas, em particular, são o principal canal e consistem em mais que um local de comercialização. Elas são um espaço de interação social onde as relações entre agricultores e consumidores, agricultores e agricultores e consumidores e consumidores são construídas e fortalecidas numa perspectiva de aprimoramento da proposta ecológica. Nestes espaços é possível verificar um grande número de produtos com suas variedades, formas e cores distintas; dando um claro exemplo de promoção da agrobiodiversidade e gerando a diversificação da produção agrícola.

As discussões na Rede Ecovida referentes à comercialização perpassam a construção do Comércio Ético e Solidário (CES). Nesta proposta, a cadeia envolve os grupos de produtores, passando pelo menor número possível de intermediários até chegar ao consumidor. O que Sampaio e Flores (2002) definem como a utopia: um mercado de iguais, construído coletivamente, que promova a globalização das oportunidades e das liberdades. Em campo análogo, outras ações também vêm sendo desenvolvidas como: o envolvimento e a organização com os consumidores, a organização de feiras dentro dos supermercados, compra direta de produtos ecológicos da agricultura familiar para o mercado institucional, feiras permanentes, exportação via comércio justo com negociação de preços e condições de pagamento antecipadamente e mais recentemente nos canais institucionais como política pública.

Nos encontros da Rede Ecovida e nas permanentes articulações entre seus integrantes, é possível verificarmos a comercialização e a troca de produtos ecológicos. Na Feira de Sabores e Saberes, realizada nos Encontros Ampliados e nos encontros de núcleos é onde podemos perceber melhor o intercâmbio de sementes, conhecimentos, produtos, contatos, alegria e disposição para continuar a caminhada.

CAPÍTULO 2 – CONHECENDO A REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

2.1 Introdução

O cadastramento das organizações filiadas à Rede Ecovida de Agroecologia foi um dos objetivos do projeto. Com esta ação esperava-se propiciar uma radiografia da ECOVIDA, conhecendo sua composição, seus números; bem como poder realizar algumas observações qualitativas e quantitativas no sentido de aprimorar e divulgar os trabalhos através do redirecionamento das ações prioritárias.

Esta ação foi composta do **cadastramento** simplificado através dos modelos que foram desenvolvidos para cada tipo de membro, de um **diagnóstico** através de questionário estruturado para todos os núcleos o qual abordava questões relativas à organização e o funcionamento dos núcleos regionais, somados a um **levantamento expedito** da composição da Rede Ecovida no final de 2003 e a atualização dos dados em junho de 2005.

Tivemos uma certa dificuldade de realizar esta ação em virtude dos problemas que tivemos com alguns núcleos no tocante ao recebimento das informações. Assim, os dados do cadastramento encontram-se, ainda, incompletos. Uma das possíveis explicações deve-se ao fato de a Rede Ecovida ter optado por realizar o cadastramento *on line* no seu sítio na internet (www.ecovida.org.br) item núcleos/membros, embora esta ação seja ainda mais simplificada que a primeira, sendo que as informações contidas no cadastro que idealizamos são um pouco mais detalhadas que as do sítio. Isso fez com que alguns núcleos optassem por apenas uma das formas.

Quanto às informações das propriedades, as mesmas estão contidas nos FRCs dos grupos que estão demandando a certificação. Dados gerais sobre este ponto, no capítulo 4.

Cabe salientar, também, que o banco de dados previsto como uma das ações não foi elaborado em virtude dele estar inserido dentro do sistema do sítio na internet. Os recursos que seriam para esta atividade foram redirecionados, como já falamos, para as atividades desenvolvidas junto ao núcleo Litoral Catarinense.

Neste capítulo apresentaremos os modelos de cadastros desenvolvidos; a metodologia, os resultados e as conclusões do cadastramento e do diagnóstico; bem como os resultados dos levantamentos expeditos da composição geral da Rede Ecovida.

2.2 Cadastramento das organizações filiadas à ECOVIDA

A Rede Ecovida é composta por diversos “tipos” de membros, a saber: organizações de agricultores (doravante grupos); organizações de assessoria (doravante ONGs); processadoras ou pequenas agroindústrias; comercializadoras; organizações de consumidores e colaboradores ou associados individuais.

Para cada tipo de membro foi confeccionado um cadastro, sendo que os exemplos estão no **anexo 3**. Estes cadastros contém informações básicas e simples de serem fornecidas suficientes para uma idéia geral das organizações para formar o contexto da Rede.

O levantamento foi realizado entre os anos de 2002 e 2003 junto aos 18 núcleos regionais da ECOVIDA, já que os outros 3 foram criados somente no Encontro Ampliado de 2003 (maio) e demoraram certo tempo para se organizar. Foi dada prioridade aos grupos de agricultores, sendo que os dados relativos a estes cadastros foram trabalhados por se tratarem de informações mais quantitativas e mais importantes no momento vivido pela Rede.

2.2.1 Metodologia do cadastramento e do tratamento dos dados

A metodologia apresentou algumas variações. Uns cadastros foram preenchidos pelos próprios grupos e outros por técnicos de campo locais ou contratados pelo projeto. Os cadastros foram enviados por correio (cópias reprográficas) ou por via eletrônica.

Quando chegavam ao CEPAGRO, os mesmos eram reunidos pelo bolsista que os agrupava por núcleo e por estado e digitava-os para posterior tratamento das informações.

O tratamento das informações resumiu-se às tabelas que continham informações relativas aos grupos de agricultores. A soma do grupo era realizada (**anexo 4**), depois a soma do núcleo (**anexo 5**), do estado e, por fim, de toda a Rede.

2.2.2 Resultados e Discussão

Dos 18 núcleos previstos para o cadastramento, 15 tiveram as informações coletadas. Todos os 7 do Rio Grande do Sul (RS), 5 do total de 7 de Santa Catarina (SC) e 3 do total de 4 do Paraná (PR). O motivo pela não entrega dos três núcleos foram: em dois deles as informações relativas aos cadastros foram extraviadas em virtude da saída dos técnicos responsáveis pela organização do núcleo e o outro não deu retorno ao pedido.

Cabe salientar, também, que muitas informações ficaram incompletas, ou seja, os núcleos eram compostos por muito mais grupos que o levantamento identificou. A causa disso é o fato de alguns grupos não terem preenchido os cadastros ou terem feito de forma incorreta ou incompleta.

Com base nos cadastros dos grupos e os resultados apurados podemos ter uma idéia das seguintes informações básicas referentes aos núcleos, estados e toda a Rede:

1. Número de municípios abrangidos pelo trabalho;
2. Número de grupos de agricultores;
3. Número de famílias;
4. Número de pessoas;
5. Área média em hectares por família;
6. Área ecológica total;
7. Área ecológica média;
8. Área convencional total;
9. Área convencional média e
10. Tempo (em anos) que iniciou a produção ecológica.

Além destes dados que foram priorizados, o cadastro fornece informações básicas sobre os tipos de produtos que são produzidos pelos grupos. Como este dado é muito amplo e apenas qualitativo, pois os aspectos quantitativos estão presentes apenas no FRC, eles estão presentes apenas nas tabelas de grupos e núcleos, mas não na sistematização final.

Os dados gerais relativos à toda a sistematização encontram-se na **tabela 2**.

Tabela 2: Resumo dos núcleos filiados à Rede Ecovida, municípios abrangidos, grupos e informações agrárias e produtivas (Entre 2002 e 2003).
Estado do Rio Grande do Sul

Núcleo	Municípios abrangidos	Número de Grupos	Número de famílias	Número de pessoas	Área média por família (hectares)	Área ecológica total	Área ecológica média	Área convencional total	Área convencional média	Início da produção
1. Alto Uruguai	08	09	76	291	14,46	502,40	7,18	245,00	3,50	5,80 anos
2. Litoral Solidário	06	12	113	425	12,55	682,45	6,04	188,90	1,67	6,15 anos
3. Planalto	06	08	56	242	22,55	468,35	8,36	370,40	6,61	5,80 anos
4. Serra	07	03	20	83	24,85	281,00	14,05	0,00	0,00	10,2 anos
5. Sul	05	10	64	274	17,96	338,50	5,29	317,50	4,96	5,50 anos
6. Vale do Caí	03	03	63	210	14,13	882,00	14,00	9,00	0,13	5,70 anos
7. Vale do Rio Pardo	05	06	57	190	12,28	238,10	4,18	170,30	2,99	7,00 anos
TOTAL	40	51	449	1715	16,97	3.392,80	8,44	1.301,10	2,84	6,59 anos

Estado de Santa Catarina

Núcleo	Municípios abrangidos	Número de Grupos	Número de famílias	Número de pessoas	Área média por família (hectares)	Área ecológica total	Área ecológica média	Área convencional total	Área convencional média	Início da produção
1. Alto Vale	03	07	54	203	32,60	24,60	6,15	47,00	11,75	5,20 anos
2. Alto V. Rio do Peixe	05	05	35	109	11,57	33,20	1,07	172,00	5,55	4,90 anos
3. Extremo Oeste	Dados não coletados									
4. Litoral Catarinense	06	04	36	121	17,93	403,70	11,21	67,50	1,88	4,70 anos
5. Oeste	08	14	82	302	11,45	228,80	5,72	91,30	2,28	6,40 anos
6. Planalto Norte	04	09	94	496	22,48	431,60	2,68	558,56	3,47	5,15 anos
7. Planalto Serrano	Dados não coletados									
TOTAL	26	39	301	1231	19,21	1.121,90	5,37	936,36	4,99	5,27 anos

Estado do Paraná

Núcleo	Municípios abrangidos	Número de Grupos	Número de famílias	Número de pessoas	Área média por família (hectares)	Área ecológica total	Área ecológica média	Área convencional total	Área convencional média	Início da produção
1. Agroflorestal	Dados não coletados									
2. Centro Oeste	04	12	68	239	11,65	198,80	2,92	197,54	2,91	4,80 anos
3. Maurício Burmester	08	06	41	128	23,40	230,99	5,63	30,80	0,75	6,55 anos
4. Sudoeste	10	19	120	533	9,92	480,52	6,86	100,10	1,96	6,00 anos
TOTAL	22	37	229	900	14,99	910,31	5,14	328,44	1,87	5,78 anos
TOTAL GERAL	88	127	979	3846	17,06	5.425,01	6,32	2.565,90	3,23	5,88 anos

A tabela revela os valores dos itens de 1 a 10 citados anteriormente relativos aos núcleos, estados e o total da Rede. Estes valores são médios e, no caso de toda a Rede, podemos dizer que, dos 15 núcleos que responderam, o trabalho abrange **88 municípios; 127 grupos; 979 famílias; 3846 pessoas; 17,06 hectares** de área média por família; **5.425,01 hectares** de área total sob manejo agroecológico; **6,32 hectares** de área ecológica média por família; **2.565,90 hectares** de área total sob manejo convencional; **3,23 hectares** de área convencional média por família e **5,88 anos** de início da produção ecológica.

Como estes dados são referentes aos anos de 2002 e 2003, muita coisa evoluiu de lá para cá. Então surge a pergunta: Seria possível fazer uma inferência destes dados para a realidade de hoje? Se fizermos um exercício comparando o número de grupos e famílias apontadas no cadastramento e os apontados no levantamento expedito de 2004 e atualizado em 2005, podemos chegar num índice multiplicador (IM).

Este índice é dado pela seguinte equação:

$$\text{IM} = (\text{n}^\circ \text{ atual de grupos} / \text{n}^\circ \text{ de grupos cadastrados}) + (\text{n}^\circ \text{ atual de famílias} / \text{n}^\circ \text{ de famílias cadastradas}) / 2$$

$$\text{IM} = (272/127) + (2438/979) / 2 = (2,142 + 2,49) / 2 = \mathbf{2,316}$$

Assim teríamos nos dias de hoje:

- Área Ecológica Total: $5.425,01 \times 2,316 = \mathbf{12.564,32 \text{ hectares}}$
- Área Convencional Total: $2.565,90 \times 2,316 = \mathbf{5.942,62 \text{ hectares}}$

As informações que obtemos como fruto do cadastramento podem, ainda, nos sugerir que:

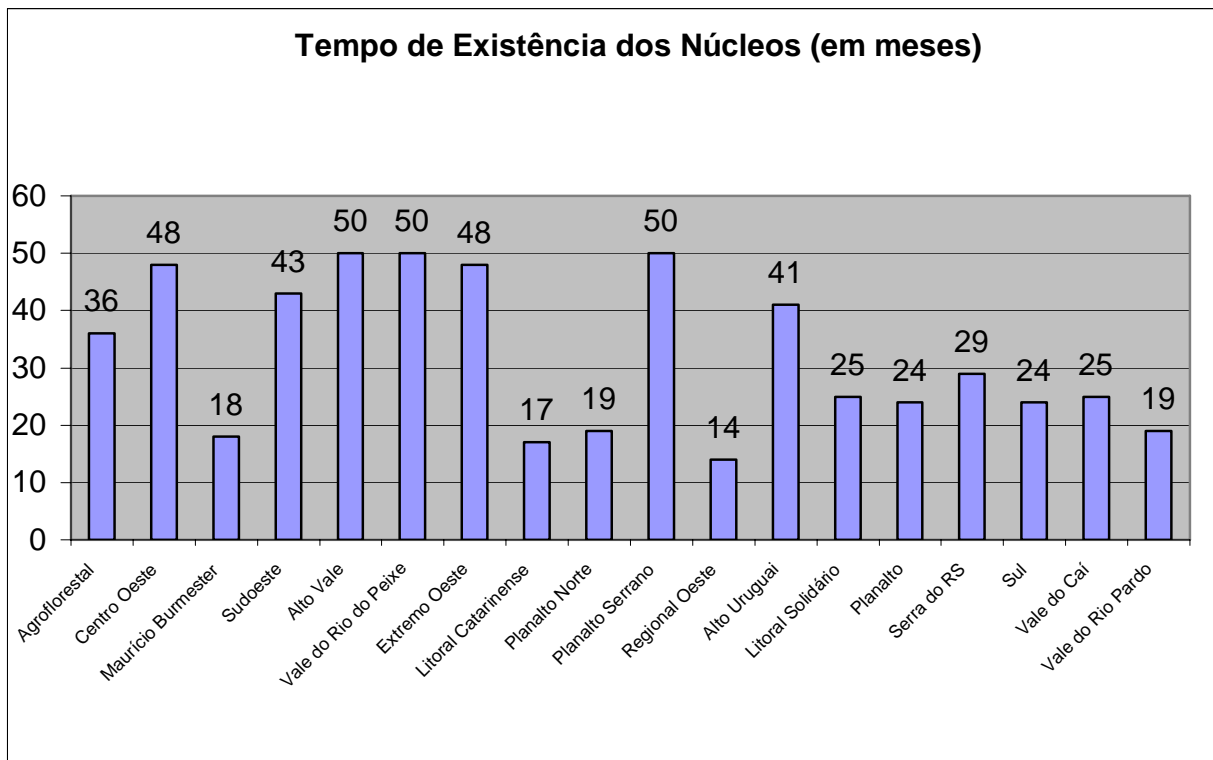
- a) O RS possui a maior área ecológica média, seguido por SC e PR.
- b) O PR possui a menor área convencional média, seguido por RS e SC.
- c) Os agricultores que trabalham ecologicamente há mais tempo são do RS, seguidos por PR e SC

2.3 Pesquisa Organização e Funcionamento

Esta pesquisa foi realizada entre outubro de 2003 e maio de 2004 e contou com a aplicação de um questionário estruturado (**anexo 6**). Ao todo foram 18 núcleos pesquisados e não os 21 integrantes da ECOVIDA, pois os últimos 3 núcleos criados tinham pouco tempo de existência. A resposta aos questionários foi realizada das mais diversas maneiras. Em alguns casos os núcleos responderam num encontro interno; em outros foi realizada entrevista com representantes do núcleo e em outros casos recebidos por meio eletrônico; sendo todas as dúvidas dirimidas por telefone ou pessoalmente por intermédio dos pesquisadores.

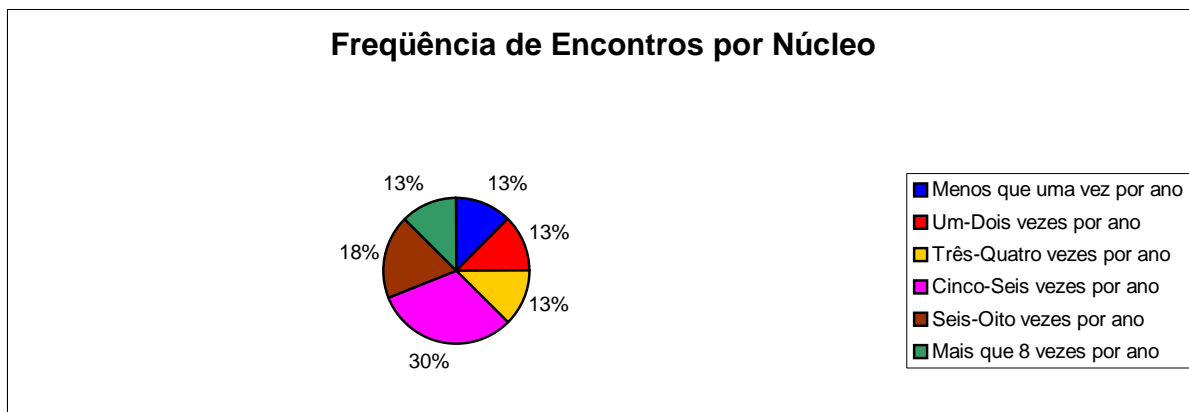
O **gráfico 1** mostra o tempo de existência dos núcleos. Podemos concluir que **8 dos 18** núcleos apresentavam **3 ou mais anos** de existência, ou seja, tiveram sua organização contemporânea à deliberação da ECOVIDA em se organizar em núcleos regionais. Os outros **10**, apresentam tempo de existência em torno de **2 anos ou menos**. Isto pode apresentar uma tendência de maior dificuldade organizativa nos núcleos mais novos ou ainda, se comparado com os mais antigos, uma heterogeneidade no acúmulo dos debates relativos à Rede Ecovida.

Gráfico 1: Tempo de existência dos 18 núcleos originais dentro da Rede Ecovida.



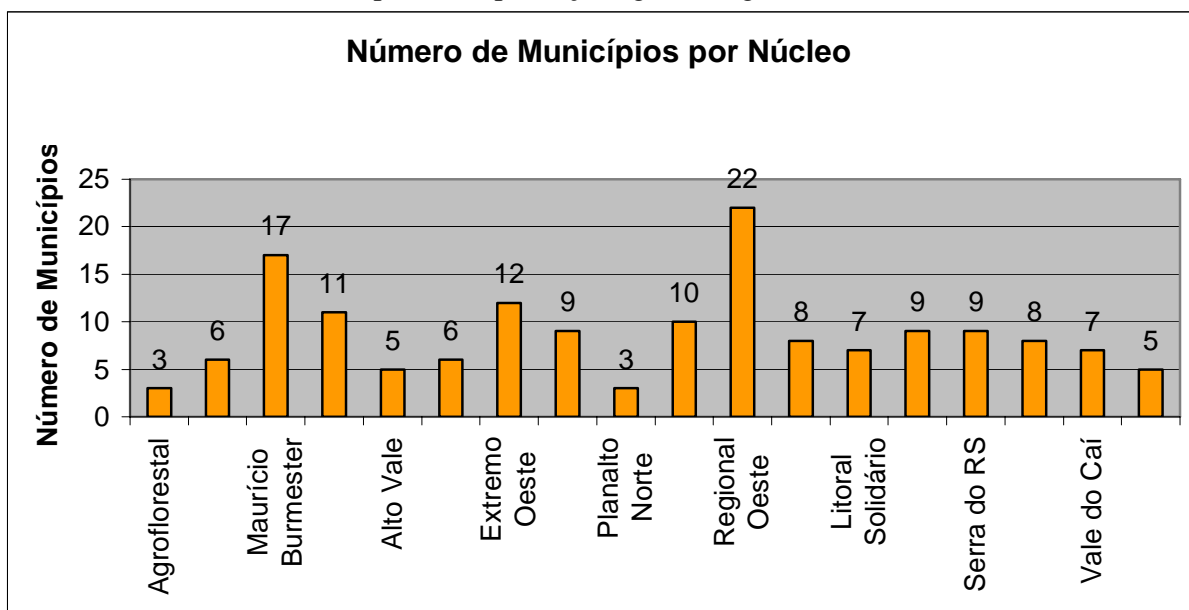
O **gráfico 2** mostra a frequência com que os núcleos se reúnem. Este número pode indicar uma tendência quanto ao grau de envolvimento dos atores no nível regional e grau organizativo. Quase a metade dos núcleos (**48%**) reúnem-se de **5 a 8** vezes ao ano, sendo que apenas **26%** reúnem-se **2 vezes ou menos** ao ano.

Gráfico 2: Frequência com que os núcleos se reúnem.



O **gráfico 3** mostra o número de municípios com produção ecológica que cada núcleo abrange. **6 núcleos** abrangem de **3 a 6 municípios**; **7 núcleos** de **7 a 9 municípios**; **3 de 10 a 12 municípios** e **2 abrangem 17 ou mais municípios**. O total de municípios abrangidos pelo levantamento é de **157**, com uma média de **8,72 municípios** por núcleo.

Gráfico 3: Número de municípios com produção agroecológica nos núcleos Ecovida.



Os **gráficos 4 e 5** apresentam o número geral de organizações filiadas e de grupos de agricultores, respectivamente, em cada núcleo. Ao todo foram indicadas a presença de **295 organizações** filiadas, sendo que, destas, **240 (81,36%)** foram de **grupos de agricultores**. Isto mostra que a Rede Ecovida é composta, na sua maioria por agricultores.

Gráfico 4: Número total de organizações filiados por núcleo.

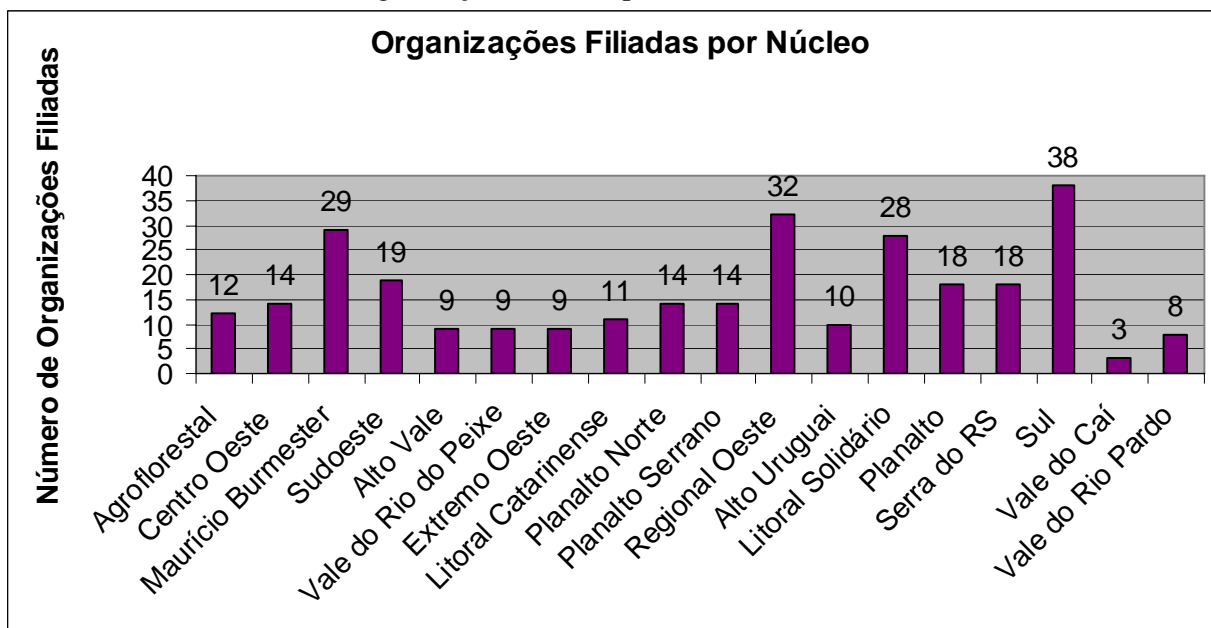
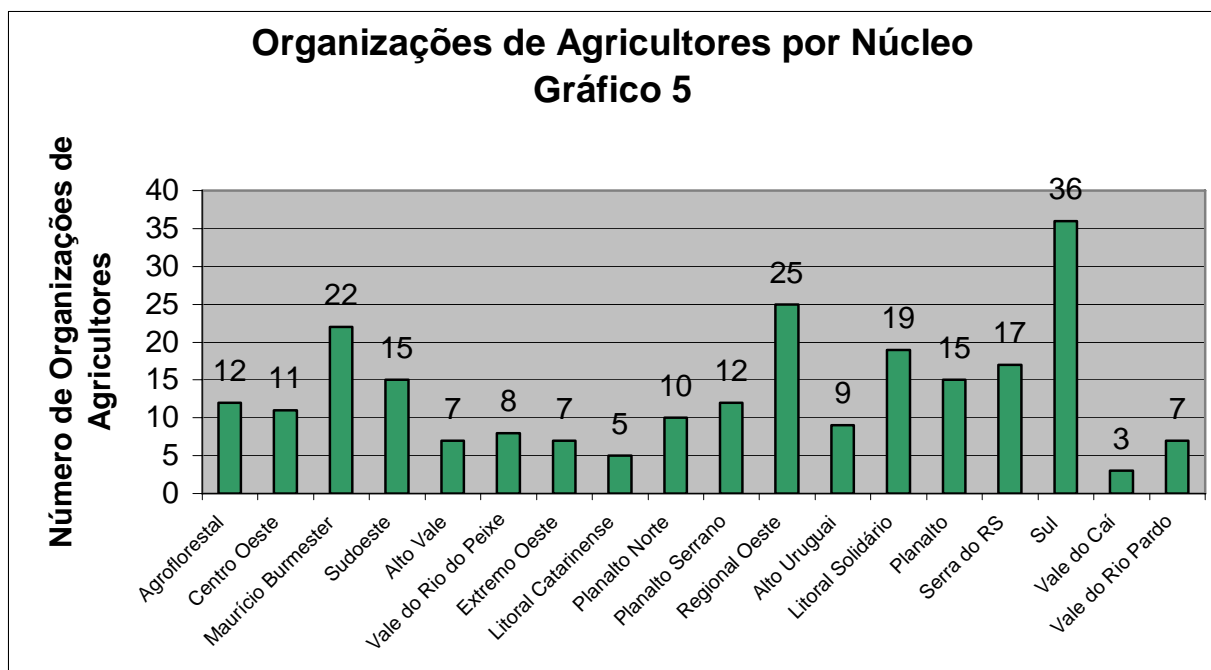
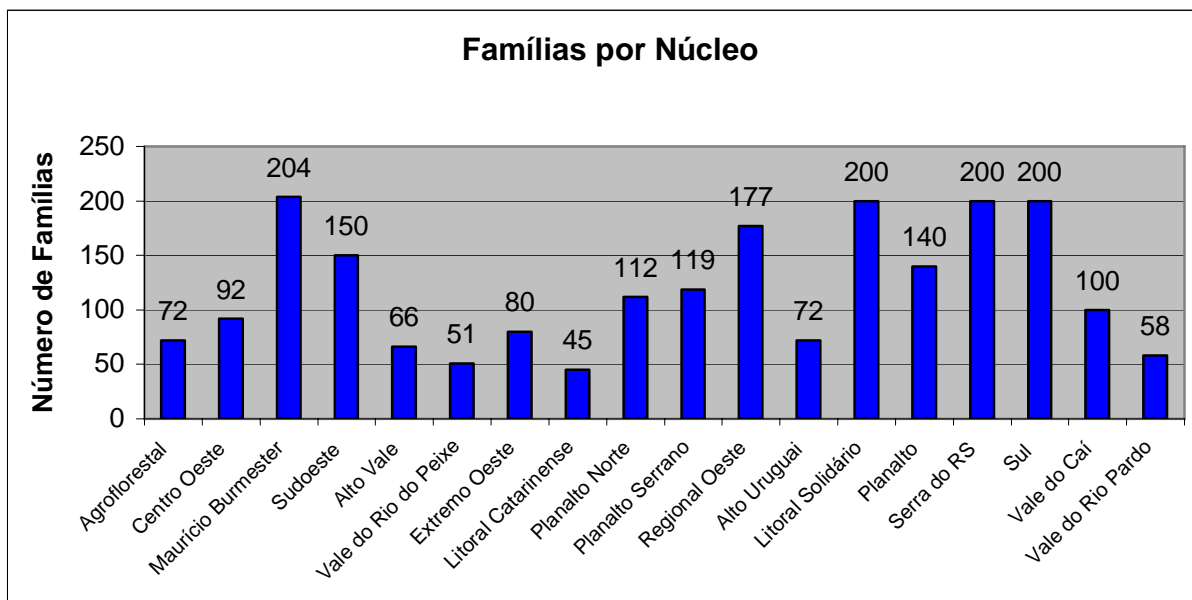


Gráfico 5: Número de organizações de agricultores filiados por núcleo.



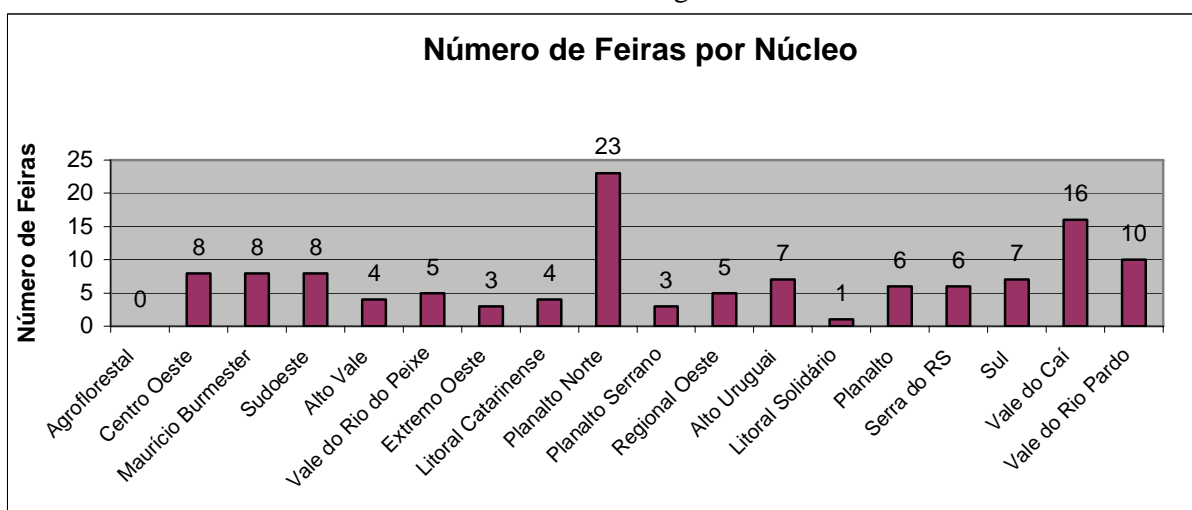
O **gráfico 6** apresenta o número de famílias de agricultores filiadas em cada núcleo. **6** dos 18 núcleos apresentam **mais de 150 famílias**; **5** entre **90 e 140** e **7** com **80 ou menos** famílias.

Gráfico 6: Número de famílias participando em cada núcleo.



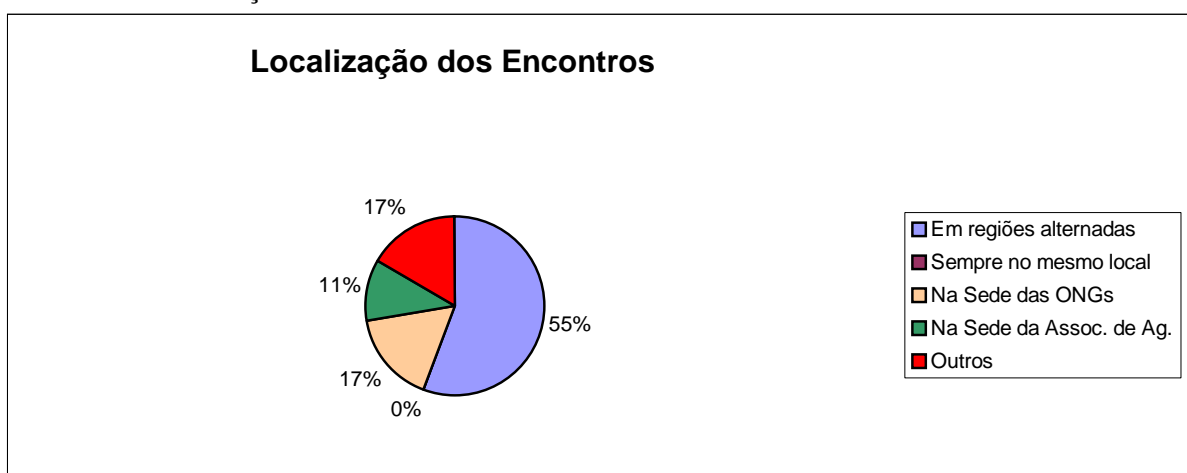
O **gráfico 7** apresenta o número de feiras realizadas em cada núcleo. Do total, apenas 1 núcleo não realiza feira. Ao todo os núcleos da ECOVIDA realizam 124 feiras, consistindo no principal canal de comercialização (26,89%) do total comercializado em 2003.

Gráfico 7: Número de feiras realizadas nos núcleos regionais.



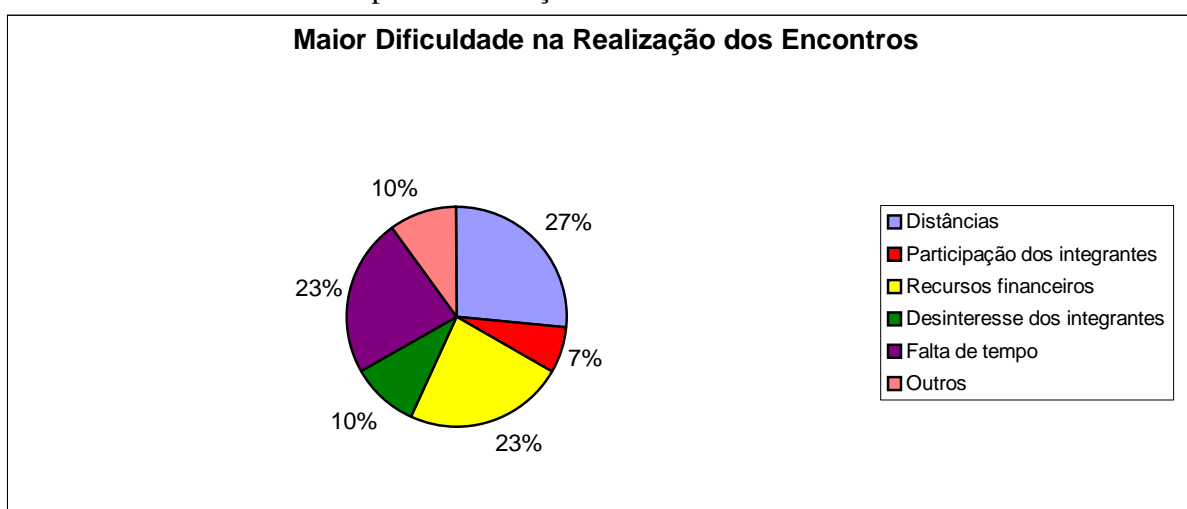
O **gráfico 8** apresenta os locais mais comuns onde são realizados os encontros de núcleo. A maioria das respostas (**55%**) indicou a realização de encontros em regiões alternadas; **17%** na sede das ONGs; **11%** na sede das associações de agricultores e **17%** em outros locais. Isto indica que os encontros podem propiciar um conhecimento e interação com as diferentes iniciativas em locais distintos, gerando uma maior integração dos integrantes do núcleo.

Gráfico 8: Localizações mais comuns onde os encontros do núcleo acontecem.



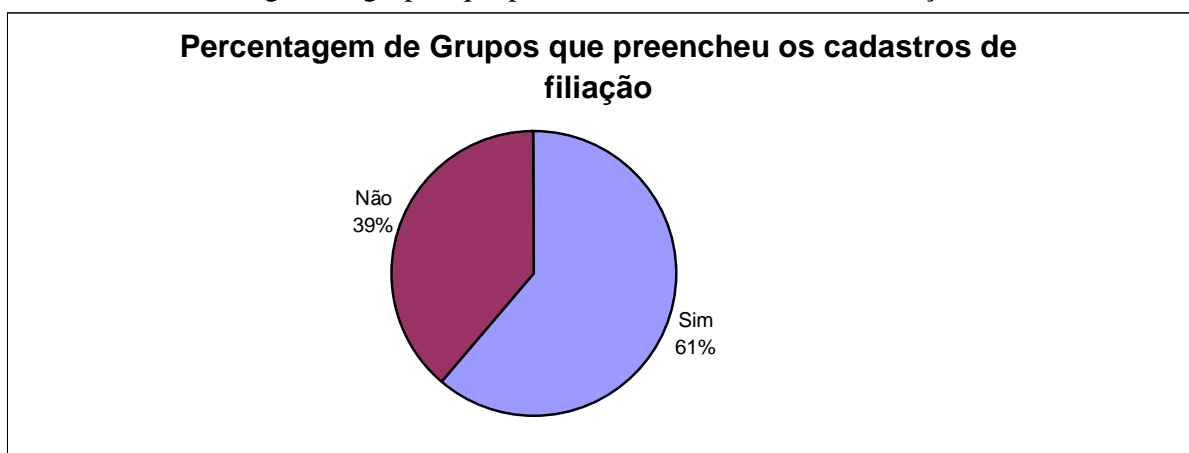
O **gráfico 9** apresenta a maior dificuldade para a realização dos encontros de núcleo. **27%** indicam a **distância** como fator limitante; **23%** indicam a limitação de **recursos financeiros** e a **falta de tempo**; **10%** o **desinteresse dos integrantes**; **7%** a **participação** e **10%** **outros fatores** como o transporte.

Gráfico 9: Maior dificuldade para a realização dos encontros de núcleo.



Por fim, o **gráfico 10** apresenta a porcentagem de grupos que preencheu os cadastros de filiação da Rede Ecovida. **39%** dos grupos, ou seja, **94 dos 240 grupos não preencheram**, evidenciando a dificuldade que tivemos na realização e análise mais precisa do cadastramento. Isto mostra o descumprimento de um dos acordos que a Rede possui, a saber: para um grupo ou organização integrar a Rede deve preencher o cadastro de filiação.

Gráfico 10: Porcentagem de grupos que preencheram os cadastros de filiação da Rede.



2.4 Levantamento expedito

Este levantamento foi realizado em dois momentos. Ambos através de uma tabela em branco que era preenchida pelo(s) representante(s) do núcleo em questão. O primeiro durante a plenária de núcleos de Torres/RS em 04 e 05/12/2003 e confirmada via eletrônica em maio de 2004. O segundo, uma espécie de atualização, foi realizado na última plenária ocorrida em Passo Fundo/RS de 01 a 03/06/2005. Os resultados dos dois levantamentos estão sistematizados na **tabela 3**. Os dados em vermelho dizem respeito ao ano de 2004, em preto de 2005 e em verde refletem aqueles núcleos que não afirmaram os números com certeza, dizendo que em momento posterior confirmarão. Salientamos que este levantamento foi realizado com 21 núcleos da Rede.

Podemos observar que os dados mostram que quase não houve alteração no número de organizações integrantes entre 2004 e 2005, podendo indicar uma tendência de amadurecimento do processo interno dos núcleos e não uma expansão do trabalho. A repetição deste levantamento em outros anos poderá reforçar esta conclusão ou mostrar uma tendência de estagnação da Rede.

Tabela 3: Composição da Rede Ecovida de acordo com os núcleos regionais.

Núcleo	Grupos e associações agricultores	Grupos e associações agricultores	Famílias	Famílias	ONGs	ONGs	Comercializadoras	Comercializadoras	Outras organizações	Outras organizações	Feiras no núcleo	Feiras no núcleo
1. Agroflorestal	12	11	72	55	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Centro Oeste	11	11	92	92	02	02	01	01	-	-	08	08
3. Monge João Maria	14	14	80	90	01	01	-	-	01	01	01	04
4. Maurício Amaral	22	22	204	204	01	01	03	03	03	03	08	08
5. Oeste Paraná	10	16	143	136	02	01	-	04	-	05	07	06
6. Sudoeste	15	15	150	150	02	02	01	01	01	01	08	08
PARANÁ	84	89	741	727	08	07	05	09	05	10	32	34
7. Alto Vale	07	07	66	66	02	02	-	-	-	-	04	04
8. A. V. Rio do Peixe	08	08	51	51	01	01	-	-	-	-	05	05
9. Extremo Oeste	07	06	80	80	02	02	-	01	-	-	03	03
10. Litoral Catarinense	05	06	48	57	02	02	02	02	02	02	04	06
11. Planalto Norte	10	10	112	112	03	03	-	-	01	01	23	23
12. Planalto Serrano	12	12	119	119	01	01	-	-	01	01	03	03
13. Oeste	25	25	177	177	01	01	-	01	06	06	05	05
SANTA CATARINA	74	74	653	662	12	12	02	04	10	10	47	49
14. Alto Uruguai	09	09	72	70	01	01	-	-	-	-	07	07
15. Centro	06	05	36	26	02	-	-	-	-	-	01	01
16. Litoral Solidário	19	21	200	215	01	01	-	-	08	04	01	02
17. Planalto	15	08	140	50	03	03	-	02	-	-	06	04
18. Serra	17	20	200	230	01	01	-	-	-	-	06	08
19. Sul	36	36	200	300	01	02	01	02	-	-	07	06
20. Vale do Caí	03	03	100	100	-	-	-	-	-	-	16	16
21. Vale do Rio Pardo	07	07	58	58	01	01	-	-	-	-	10	10
R. GRANDE DO SUL	112	109	1006	1049	10	09	01	04	08	04	54	54
TOTAL	270	272	2400	2438	30	28	08	17	23	24	133	137

CAPÍTULO 3 – NÚCLEO REGIONAL LITORAL CATARINENSE

3.1 Introdução

As atividades relativas ao Núcleo Regional Litoral Catarinense não estavam previstas inicialmente no projeto, pois quando da redação do mesmo, o núcleo ainda não estava formado. Em virtude de uma adequação autorizada pelo CNPq, a saber, a não mais confecção do banco de dados (item 1b do projeto aprovado), é que foi possível a realização das novas ações.

Uma das principais razões, aliadas à acima citada, para o acompanhamento mais direto ao Núcleo Litoral Catarinense reside no fato do CEPAGRO, organização apoiadora na execução deste projeto, ser filiado e desenvolver ações de estímulo e acompanhamento das organizações integrantes do núcleo.

Outro motivo importante foi a possibilidade de estar vivenciando mais de perto todos os objetivos presentes no projeto, facilitando as análises e a inferências ao demais núcleos e à toda a Rede Ecovida de Agroecologia.

Assim, uma série de atividades foram desenvolvidas, tais como: sensibilização para a criação do núcleo; realização periódica de encontros de núcleo; reuniões com os grupos de agricultores filiados e com interesse de filiação; realização de trabalho de campo e redação de artigo científico; curso de agroecologia; inserção do núcleo na dinâmica da ECOVIDA; intercâmbios com outros núcleos da Rede Ecovida; apoio na organização e desenvolvimento do trabalho do conselho de ética do núcleo; apresentação da metodologia de trabalho em seminários de extensão e pesquisa e envolvimento com os alunos de graduação em Agronomia.

3.2 Metodologia Utilizada e Resultados

3.2.1 Encontros do núcleo

Quando a Rede Ecovida ainda não se organizava em núcleos regionais, ou seja, antes de 2001, alguns grupos de agricultores da região da Grande Florianópolis reunidos em torno da ECO já conheciam algo acerca dos trabalhos desenvolvidos. Com a vinda para Florianópolis de um técnico que havia trabalhado na região onde a ECOVIDA, algumas reuniões foram realizadas ainda em 1999. Por motivos que não se sabe precisar, talvez pelo fato de não haver uma organização de suporte ou assessoria na região, os trabalhos não seguiram.

No período que antecedeu a criação do núcleo Litoral Catarinense, foram identificadas as iniciativas em agroecologia potencialmente interessadas em compor o núcleo regional a partir da experiência anterior com a ECO, organização que realiza feira ecológica semanal na cidade. Em seguida, foram realizadas reuniões de sensibilização com estas iniciativas, principalmente com os grupos de agricultores com o objetivo de expor o trabalho realizado pela Ecovida, bem como a necessidade e viabilidade de criação de um núcleo na região.

Com o interesse demonstrado pelas organizações consultadas, foi realizado o encontro de fundação do núcleo o qual contou com a presença de outras organizações fruto do convite realizado pelas primeiras. Assim surge, em 18 de dezembro de 2002, o núcleo regional Litoral Catarinense.

Os encontros de núcleo passaram a ser realizados a cada 2 meses de maneira rotativa, ou seja, num município diferente e referente à cada organização filiada. Nestes encontros eram abordados temas sobre agroecologia, Rede Ecovida, certificação de produtos, troca de experiências entre os participantes, projetos, intercâmbios, entre outros. No **anexo 7** podemos visualizar as pautas e relatos dos respectivos encontros, salientando a tabela síntese do planejamento durante o 8º encontro. Podemos ver na tabela a seguir as datas, locais, principais assuntos e número de presentes nos encontros realizados pelo núcleo.

Tabela 4: Informações sobre os encontros do núcleo Litoral Catarinense.

Data	Local	Assuntos Principais	Presentes
18/12/2002	Paulo Lopes/SC	Fundação do Núcleo Regional	25
12/02/2003	Ituporanga/SC	Composição e funcionamento do núcleo	20
18,19/03/2003	D. P. de Alcântara/RS	Intercâmbio e cadastramento	22
30/04/2003	Florianópolis/SC	Preparação para IV Encontro Ampliado	17
25/06/2003	Palhoça/SC	Passos para CPR no núcleo	19
13/08/2003	Aurora/SC	Certificação Participativa	29
01/10/2003	Paulo Lopes/SC	Troca de experiências e integração	29
10/12/2003	S ^{to} A da Imperatriz/SC	Avaliação 2003 e planejamento 2004	20
18/02/2004	Garopaba/SC	Organização interna e projetos	27
08/06/2004	Ituporanga/SC	Reorganização, contexto lei nacional AO	20
07/12/2004	Palhoça/SC	Reafirmação de compromisso e passos CPR	16
15/06/2005	Florianópolis/SC	Feira ecológica, seminário regulamentação	300
TOTAL	12 encontros		544

O núcleo iniciou com 3 grupos de agricultores e duas entidades de assessoria e hoje apresenta a seguinte composição: **Grupos de agricultores:** Grupo Garopaba, AECIT (Ituporanga), AESTA (Aurora), Grupo Paulo Lopes e Grupo Ratoles. **Organizações de assessoria:** Cepagro (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo) e Ipab (Instituto de Permacultura Austro-Brasileiro). **Comercializadoras:** Quintal da Ilha e Associação Eco. **Processamento:** Naturama – sucos de babosa. O núcleo abrange 10 (dez) municípios e congrega 54 famílias de agricultores. Apresenta, também, a demanda de filiação de outra associação de agricultores que já foi aprovada pelos integrantes do núcleo.

No 10º encontro realizado em Ituporanga em junho de 2004, o núcleo decidiu realizar seus encontros a cada seis meses e com caráter de celebração e troca de experiências e menos operacional e ter um trabalho mais direto com os grupos. Para isso também decidiu que seria importante a composição de uma coordenação composta por um integrante de cada organização filiada para dar andamento às questões operacionais.

3.2.2 Encontros com os grupos

O núcleo Litoral Catarinense possui uma particularidade que consiste no fato de não ter uma organização de assessoria aos grupos que realize ações mais diretas e periódicas. Isto tem dificultado uma melhor organização do processo como um todo.

Em função desta realidade, o CEPAGRO está escrevendo diversos projetos com o governo federal e com a cooperação internacional a fim de poder dar um acompanhamento mais direto e sequencial. No desenvolvimento do projeto CNPq e do PRONAF linha capacitação, que apoiou os trabalhos no âmbito do núcleo, foi apontada a necessidade de trabalho com os grupos, fato este que motivou a alteração dos encontros gerais para períodos mais longos.

Assim, foi realizado um trabalho de diagnóstico através de uma metodologia que envolveu a aplicação de um questionário *in loco* e que está expressa, juntamente com os resultados obtidos no artigo científico contido no **anexo 8**. As visitas obedeceram o seguinte cronograma: Grupo Garopaba: 07/07/2004, Grupo Paulo Lopes: 08/07/2004, AECIT: 14/07/2004, AESTA: 15/07/2004 e Grupo Ratoles: 21/07/2004.

O questionário foi o seguinte:

1. Quais são os produtos produzidos e comercializados?

2. Quais são comercializados conjuntamente?
3. Onde são comercializados?
4. Produtos característicos do grupo/município.
5. Quais produtos gostariam de produzir?
6. Quais as maiores dificuldades na comercialização?
7. Pontos positivos na comercialização.
8. Contribuições do grupo para o núcleo e para a Rede.
9. Em que os grupos, núcleos e a Rede podem contribuir com o grupo?
10. Quais são as informações importantes para um material de divulgação?

A cada trabalho realizado os dados recolhidos eram sistematizados em forma de relatórios, o quais continham além dos questionários respondidos as demais discussões do grupo, suas potencialidades e demandas. Ao final da primeira seqüência de trabalhos em cada grupo, foram destacados os pontos comuns e divergentes entre todos os grupos.

Este trabalho foi importante para conhecer melhor os grupos, os produtos produzidos, as formas de comercialização, as expectativas e demandas dos mesmos; numa perspectiva de realização futura de ações mais apropriadas.

3.2.3 Curso de agroecologia

Uma das demandas apontadas pelo Grupo de Agricultores de Garopaba foi a de um aprofundamento técnico em Agroecologia e de outros assuntos relacionados ao tema. Assim, realizamos nos dias 30/09 e 01/10 um curso de Agroecologia.

Como um dos objetivos de nosso trabalho e também foco do projeto é o da sensibilização e multiplicação da proposta, o curso foi divulgado à comunidade de Garopaba e cidades vizinhas. O curso teve a participação de 25 pessoas, entre agricultores(as), estudantes, professores(as) e profissionais da área de meio ambiente.

A metodologia do curso consistiu em *parte teórica*, através de exposição de temas, transparências, vídeos e troca de experiências e *parte prática* através de teatro, visita e debate na unidade de produção e fabricação de insumos orgânicos. Os principais temas abordados foram:

História da Agricultura; Revolução Industrial; Revolução Verde (origem e conseqüências no mundo e no Brasil); Construção do Solo; Fertilidade Natural; Biodiversidade; Correntes de Agricultura Não-Química; Práticas Ecológicas; Teoria da Trofobiose; Uso de Preparados Ecológicos; Consorciação e Rotação de Culturas; Terra Viva (vídeo); Organização da Rede Ecovida (vídeo); Certificação Participativa e Comercialização de Produtos Ecológicos.

Na tabela abaixo podemos ver a avaliação dos participantes do curso.

Tabela 5: A avaliação realizada pelos participantes ao final do curso de agroecologia.

Níveis de Satisfação (número de respostas)			
Itens	Alta	Média	Baixa
1. Conteúdo	17	02	-
2. Metodologia	14	05	-
3. Facilitador	17	02	-
4. Participação do Grupo	12	07	-
5. Minha Participação (individual)	09	10	-
6. Estrutura do local	19	-	-
7. Alimentação	19	-	-
8. Quer participar de outros cursos ou momentos?	19	-	-
9. Vai praticar o que aprendeu?	19	-	-

3.2.4 Inserção do núcleo na dinâmica da ECOVIDA

A inserção na dinâmica da ECOVIDA é um dos objetivos do trabalho de todos os núcleos. Ao longo do desenvolvimento deste projeto pudemos realizar este objetivo através de três atividades básicas, duas delas envolvendo o núcleo como um todo e a outra alguns de seus representantes.

a) Intercâmbios com outros núcleos

Foram dois intercâmbios realizados. O primeiro para o Rio Grande do Sul nos municípios de Torres e Dom Pedro de Alcântara onde se encontra o núcleo Litoral Solidário foi realizado nos dias 18 e 19 de março de 2003. O intercâmbio teve como principal objetivo a troca de experiências sobre o funcionamento do núcleo regional, as práticas em agroecologia e processamento de produtos ecológicos e a comercialização através de cooperativas de consumidores. O intercâmbio, que coincidiu com o 3º encontro do núcleo, contou com a participação de 22 pessoas e teve uma ótima avaliação por parte de todos (**Foto: anexo 9**).

O segundo intercâmbio foi realizado dias 26 e 27 de março de 2004 para o núcleo Maurício Burmester Amaral (região Metropolitana de Curitiba). Contou com a presença de 35 pessoas e teve como ênfase a comercialização de produtos ecológicos: visita à feira verde; lojas e entrepostos de comercialização; agregação de valor em pequenas agroindústrias e através do agroturismo (**Foto: anexo 9**).

b) Encontro Ampliado

Durante a vigência do projeto, o núcleo Litoral Catarinense pode participar do IV Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia realizado de 13 a 15 de maio de 2003 na cidade de Passo Fundo/RS (**anexo 10**). O núcleo esteve presente com 16 participantes, sendo que aproveitou a programação, inserindo-se nas mais diversas atividades.

c) Plenária de Núcleos

Os representantes do núcleo puderam estar presentes em 3 Plenárias de Núcleos durante a vigência do projeto. Como já dissemos anteriormente, a plenária é o espaço de representação de todos os núcleos onde são encaminhadas importantes questões relativas à Rede Ecovida como um todo. As plenárias em que o núcleo esteve presente foram: Torres (04 e 05/12/2003); Chapecó (27 a 29/04/2004) e Passo Fundo (01 a 03/06/2005).

3.2.5 Certificação Participativa no núcleo

Como veremos adiante, a Rede Ecovida definiu os critérios gerais em relação às normas de produção ecológica e de certificação participativa, permitindo aos núcleos regionais a definição de critérios mais específicos ou rígidos. Assim, o núcleo Litoral Catarinense definiu no seu 5º encontro realizado em Palhoça no dia 25/06/2003, os passos e procedimentos para certificação. Estes passos estão listados a seguir:

1. Participar da Rede Ecovida de Agroecologia, isto é, estar organizado em grupo e fazer parte do Núcleo Regional.
2. O grupo deve solicitar a certificação em reuniões do Núcleo.
3. Preencher o formulário para requerimento da certificação.
4. Encaminhar os formulários ao Conselho de Ética.
5. Análise dos formulários pelo Conselho de Ética.

6. Deve-se almejar a visita em todas as propriedades, mas quando o número de famílias for alto, as famílias a serem visitadas serão escolhidas por sorteio que será feito na seguinte proporção:

- Até 5 famílias – todas visitadas
- 6 – 10 famílias – 50% serão visitadas
- 10 – 20 famílias – 30% serão visitadas
- acima de 20 famílias – 8 famílias serão visitadas

7. Reunião de auto-avaliação do grupo com o Conselho de Ética no final da visita

8. Apresentação do plano de conversão para o uso do selo

9. Relatório de cada membro e do Conselho de Ética como um todo com parecer final e sugestões necessárias

10. Discussão com todo o grupo e o planejamento de grupo é marcado.

11. A documentação é o registro da Rede

12. O monitoramento da Certificação é anual

Com estes procedimentos definidos, 3 grupos solicitaram a certificação, a saber: AECIT – Ituporanga, AESTA – Aurora e Grupo Paulo Lopes. Os dois primeiros foram realizadas as visitas do Conselho de Ética e a reunião para decisão dos procedimentos. Podemos ver no **anexo 11** as deliberações finais e parciais dos processos destes dois grupos.

Em virtude do ocorrido com os dois grupos, da avaliação do Conselho de Ética e do próprio núcleo; alguns procedimentos foram modificados e ensaiados durante a visita do Conselho no próximo grupo. Assim, estas mudanças foram ratificadas no 11º encontro realizado em Palhoça dia 07/12/2004. A seguir podemos observar as mudanças:

1. A certificação será por família e não do grupo todo: Isso permite aqueles que já estão “aptos” poderem utilizar o selo, enquanto os outros continuam seus processos de conversão no tempo necessário. Embora a certificação seja da família, a organização e o aval são, necessariamente, realizados **em grupo**.

2. É necessário a criação de uma **comissão de ética no grupo** formada, por exemplo, por 3 pessoas. Estes serão os responsáveis diretos pela indicação que a família está “apta” e pelo respaldo inicial do processo de certificação. Lembremos: Todo o grupo é o responsável maior pelo processo, junto com a família.

3. O Conselho de Ética no Núcleo tem que ter a presença **de uma pessoa de cada grupo** membro do núcleo.

4. O pedido de selos e certificados continua a ser realizado **pelo Núcleo** em reunião ordinária de acordo com a necessidade solicitada pelo grupo e não por famílias individualmente.

Estas mudanças foram necessárias devido, principalmente, a heterogeneidade entre os membros dos grupos de agricultores, ou seja, alguns estão aptos à certificação enquanto outros estão recém iniciando seus processos de produção. Esta discrepância pode fazer com que o tempo para a aquisição e uso do selo seja longo, gerando desânimos ou outros problemas, inclusive de relação entre os membros do grupo e destes com outros grupos mais avançados.

3.2.6 Apresentação da metodologia de trabalho em eventos

Os trabalhos realizados no âmbito do núcleo Litoral Catarinense puderam ser expostos e divulgados em uma série de eventos de pesquisa e extensão. Alguns são listados na tabela abaixo:

Tabela 6: Trabalhos realizados no âmbito do núcleo Litoral Catarinense.

Título do trabalho	Evento	Local/Data	Formas de apresentação
Organização do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia	SEURS – Seminário de Extensão Universitária da Região Sul	Gramado/RS 2003	Banner e artigo
Organização do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia	3ª SEPEX – Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão	Florianópolis 2003	Banner, minicurso e stand
Rede Ecovida de Agroecologia: Certificação Participativa de Produtos Ecológicos e Organização de Núcleos Regionais	Revista eletrônica Extensio	Mai 2004	www.extensio.ufsc.br Artigo em meio eletrônico
Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	3ª SEPEX – Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão	Florianópolis 2003	Banner e stand
Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	Feira de Sabores e Saberes	Florianópolis 2005	Feira, banner, stands e seminário aberto

CAPÍTULO 4 – CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA EM REDE

4.1 Introdução

Este capítulo consiste na parte central e mais importante do projeto CNPq, pois o mesmo tem como principal objetivo a construção e sistematização da metodologia de CPR no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia.

Para que este objetivo fosse atingido, uma série de aspectos foi levantada e é aqui descrita, desde as observações acerca das normas de produção ecológica – base da garantia da avaliação da conformidade propiciada pela CPR; passando pelas normas de certificação que refletem o passo a passo construído a partir de uma metodologia executada em várias fases e que despendeu um longo tempo; pela pesquisa-diagnóstico; pela confecção do caderno de formação e da capacitação até a pesquisa de monitoramento e prospecção de cenário futuro.

4.2 Normas ECOVIDA de produção ecológica

As normas de produção da Rede Ecovida foram construídas participativamente em encontros com grupos de agricultores, com organizações reunidas em determinada região, em seminários e durante o III Encontro Ampliado realizado em 2001 em Francisco Beltrão/PR. Elas tomaram como base a IN 07 que, por sua vez, foi concebida por acúmulos históricos de algumas certificadoras, da IFOAM e do CODEX.

Cabe salientar, também, a realização de um seminário sobre *produtos e insumos na produção ecológica* realizado em Ipê no ano de 2003 que contou com diversas organizações integrantes da Rede Ecovida. Este seminário produziu um material que foi inserido pela ECOVIDA no caderno de formação em certificação participativa (página 19).

O mais importante a ser dito em relação às normas de produção é que, juntamente com as normas de certificação, elas foram produzidas de maneira participativa visando ser mais simplificadas e gerais possíveis, a fim de poder nortear o trabalho como um todo com as devidas adequações peculiares à prática da produção ecológica de acordo com a região e contexto em que está inserida. Assim, os núcleos regionais, em sua atuação, possuem um papel importante na compreensão e prática dos princípios agroecológicos.

Para finalizar dizemos que a versão final das normas expressa no caderno de formação é resultante das práticas, sugestões e construções coletivas sobre as versões preliminares contidas nas diretrizes para obtenção da qualidade agroecológica de outubro de 2001; do dossiê Ecovida do início de 2002 e do caderno de normas para certificação de produtos ecológicos de dezembro de 2002. O conteúdo final das mesmas foi ratificado na oficina de certificação participativa realizada no IV Encontro Ampliado da ECOVIDA em Passo Fundo/RS no mês de maio de 2003. Após esta oficina foi realizada, apenas, a sistematização das contribuições para composição da versão final.

4.3 Normas de certificação

As normas e os princípios de certificação participativa, bem como o roteiro orientador das visitas do Conselho de Ética e a proposta de FRC contidos no caderno de formação da Rede Ecovida foram construídos de maneira semelhante às normas de produção ecológica com a particularidade de ter sido um processo eminentemente endógeno, produzido a partir do acúmulo e percepções da ECOVIDA em suas relações internas e externas com outras organizações, não somente através de seus quase sete anos de existência como também por todo o tempo anterior que culminou no seu surgimento.

É importante lembrar que no início da Rede Ecovida até o primeiro ano de sua organização em núcleos regionais (2001), a utilização do selo ECOVIDA para produtos ecológicos por parte de uma organização não obedecia passos claros ou pré-estabelecidos. A simples ligação com a Rede e o cumprimento de suas normas de organização e funcionamento dava o aval necessário para isso. Com o desenvolvimento do trabalho interno e a divulgação de uma nova forma de geração de credibilidade no contexto nacional, a ECOVIDA passa a perceber a necessidade eminente de sistematizar seu processo através da criação de procedimentos claros para a certificação participativa.

4.3.1 Metodologia da sistematização da CPR

O processo de sistematização da CPR foi realizado à partir da prática das organizações, ou seja, do dia-dia do trabalho dos grupos, ONGs e do conjunto destas em torno da articulação em Rede. Era sabido que não havia uma receita, uma resposta única; mas sim, que deveria ser algo gradativa e constantemente aperfeiçoado. Então, a partir desta constatação, alguns núcleos

regionais colocaram em prática aquilo que estava acumulado até o momento e iniciaram suas tentativas de propor e aperfeiçoar os procedimentos.

Os materiais que passaram a ser produzidos por estes núcleos, como o Serra/RS por exemplo (**anexo 12**), eram ratificados em encontros da ECOVIDA e difundidos via eletrônica para toda a Rede. Assim, à medida que um ou outro núcleo iniciava seu processo de certificação o fazia seguindo os passos dos núcleos que “saíram na frente”. Isto permitiu, por um lado, o desenvolvimento de procedimentos distintos; pois alguns núcleos desenvolviam seu processo levando em conta as particularidades regionais. Por outro lado, à medida que os “núcleos novos” realizavam suas atividades seguindo as pegadas dos outros, fortalecia os passos que estavam sendo “acordados” na Rede.

Para que pudéssemos gerar passos simples e abrangentes, bem como dar liberdade para as adequações regionais, a ECOVIDA decidiu que seria lançada a versão provisória do caderno de normas para certificação participativa no final de 2002 (dezembro) até o IV Encontro Ampliado em maio de 2003, onde ocorreria uma oficina de certificação participativa (anexo...) que deliberaria sobre as sugestões de mudanças ou adendos a fim da versão final ser produzida.

Esta oficina contou com a presença de 40 participantes, seguiu um conteúdo específico e obteve as deliberações que podem ser observadas no **anexo 13**. Com base nestes resultados, a versão provisória foi revisada, as mudanças foram realizadas e o material novamente enviado para os núcleos via eletrônica. Assim, passamos a ter o caderno de certificação participativa de produtos ecológicos que foi posto em prática por toda a Rede pela primeira vez de forma padronizada, ou seja, com procedimentos claros e iguais para todos.

4.4 Os fundamentos da CPR

Os principais acúmulos em torno da CPR e que foram repassados pela e para a ECOVIDA residem no fato que a principal característica da Certificação Participativa é que ela prescinde da figura do inspetor como o maior responsável pela credibilidade, fato este marcante em processos por auditoria. Isto acontece, pois a Certificação Participativa é composta por uma série de instrumentos capazes de propiciar, simultaneamente, a verificação do cumprimento das normas e o aperfeiçoamento do processo produtivo através de mecanismos como: organização de base -

agricultores fazendo parte de um grupo ou associação; proximidade com os consumidores – através da venda direta e das visitas às propriedades; acompanhamento técnico – por parte de alguma organização de assessoria ou pessoa capacitada na área; controle interno – realizado periodicamente pelos outros membros do grupo e “olhar externo” – realizado por um conselho de ética formado por pessoas não ligadas ao empreendimento ou organização a ser certificada.

Outra característica importante da CPR é que ela acontece de forma descentralizada, ou seja, o mais próximo possível do processo produtivo. Isso traz vantagens como: conhecimento e respeito da realidade local, diminuição de custos e acompanhamento mais direto.

Podemos afirmar que a CPR está edificada sobre quatro pontos:

- a). Garantia entre agricultores (dentro do grupo e entre grupos);
- b). Relação próxima entre agricultores e consumidores (visitas e venda direta);
- c). Acompanhamento técnico pela assessoria;
- d). Olhar externo do Conselho de Ética.

A Certificação Participativa realizada pela Ecovida pode ser definida como um *processo de geração de credibilidade em rede realizado de forma descentralizada, respeitando as características locais, que visa aprimorar a Agroecologia e assegurar a qualidade de seus produtos através da participação, aproximação e compromisso entre os agricultores, os técnicos e os consumidores*. Este processo possui os seguintes princípios:

Confiança: Esta é a base do processo. Parte do princípio que os agricultores, técnicos e consumidores desenvolvem suas ações de forma responsável e verdadeira com o objetivo de aprimorar a agroecologia. Estes, devidamente conscientes e capacitados, possuem as condições necessárias para atestar e melhorar a qualidade dos produtos ecológicos.

Participação: Acredita que a certificação pode se dar de forma participativa, ou seja, os princípios e normas construídos, são colocados em prática e verificados com o envolvimento efetivo dos agricultores e suas organizações, de técnicos, de organizações locais e regionais de assessoria e dos consumidores. Este trabalho não fica restrito aos técnicos “altamente” capacitados.

Descentralização: Respeita e prioriza as iniciativas e organizações locais, através da valorização de suas particularidades e capacidade própria de assumir as principais atribuições e responsabilidades na certificação e na garantia da qualidade.

Organização de base: Uma característica fundamental da certificação participativa é a sua ligação com a base, ou seja, com os grupos e associações de agricultores e com as organizações dos consumidores. Neste sentido, a participação do maior número de atores possível permitirá uma melhor compreensão e prática de todo o processo. Quanto mais dinâmico e organizado for o grupo, tão mais fácil será de trabalhar e gerar credibilidade.

Formação de Rede: Quando se mostra sem hierarquias, respeita as iniciativas regionais e busca estabelecer uma conexão entre elas através da construção de diretrizes e princípios comuns e o cumprimento mútuo de regras e procedimentos estabelecidos participativamente.

Transparência: As informações estão disponíveis e não são confidenciais no processo de certificação e da obtenção da qualidade.

Olhar externo: Garante a presença de pessoas e organizações não envolvidos diretamente com o processo produtivo que será certificado através da comissão ou conselho de ética estabelecidos no grupo comunitário, articulação municipal ou no Núcleo Regional.

Adequação à produção familiar: É adequada à realidade e características da agricultura e do empreendimento familiar, pois incentiva o trabalho associativo e as pequenas iniciativas de processamento e comercialização, além de simplificar os registros, fazendo com que a prática – o que é feito na propriedade ou agroindústria “fale mais alto” do que os relatórios e os papéis.

Processo pedagógico: A certificação participativa pode ser um processo educativo e pedagógico importante, por ser realizado pelas pessoas e organizações próximas à realidade local, que conhecem melhor a situação e podem contribuir nas mudanças necessárias. É importante que a certificação contribua para a melhoria da compreensão de todos os atores que participam da construção da agroecologia. Somente assim podemos tê-la como parceira na multiplicação do número de iniciativas agroecológicas e da oferta de produtos saudáveis.

É dentro de cada núcleo regional que a CPR é desenvolvida. O processo é reconhecido mutuamente entre os demais núcleos que, interligados, estabelecem a Rede Ecovida. Isto permite

a circulação de informações e mercadorias entre os núcleos, aumentando a credibilidade dentro e fora da Rede, alimentando constantemente todo o processo.

De uma maneira geral, a CPR ocorre como um passo além da participação da Rede Ecovida. Isto significa dizer que a organização pode estar na Rede e não ser certificada, mas nunca o contrário. A tabela a seguir sintetiza o processo de Certificação Participativa em Rede.

Tabela 7: Certificação Participativa em Rede e suas características.

Espaço ou abrangência	Público de trabalho	Mecanismos de controle	Denominação da fase
Unidade Produtiva ↓	Agricultor(es)	Curso(s), normas, acompanhamento, croquis, planos de conversão, etc.	Formação, Informação e Compromisso
Organização ↓	Grupos Associações Cooperativas	Visitas alternadas, reuniões, pactos de responsabilidade, intercâmbios, comissão de ética e suspensões.	Auto-fiscalização e Auto-regulação
Núcleos Regionais ↓	Organizações que compõem a Rede em certa região	Conselho de ética, formação periódica, visita dos consumidores, suspensões e representatividade.	Responsabilidade Mútua e “Olhar externo”
Rede Ecovida	Instâncias decisórias	Acordos, monitoramento	Ampla

Fonte: SANTOS, 2002.

Esta tabela mostra que o processo inicia através da formação e compromisso dos agricultores e suas famílias no nível da unidade produtiva. Isto ocorre através da capacitação na forma de cursos, dias de campo e acompanhamento técnico por parte da assessoria de agricultores monitores, técnicos ou agrônomos. Passa pela construção conjunta e compreensão das normas de produção e da CPR que contempla aspectos produtivos e de visão de futuro através da conversão de toda a unidade produtiva sob os princípios agroecológicos.

A CPR é aperfeiçoada na organização de agricultores (grupo, associação, cooperativa); que por possuir mecanismos internos de geração e transmissão de confiança como as visitas alternadas, reuniões, pactos de responsabilidade, composição de comissões de ética; são capazes de fortalecer os elos de solidariedade e compromisso no processo.

Os núcleos regionais propiciam a formação periódica, a visita e a interação com os consumidores e a composição e atuação do Conselho de Ética que, por ser representativo dos tipos de membros ou do total de grupos integrantes, contribui para a efetivação de um “olhar externo” numa perspectiva de melhoria gradativa da ecologização e dos cumprimento dos acordos pré-estabelecidos.

4.4.1 Passos para a obtenção do Selo Ecovida

Para a utilização do selo Ecovida, alguns passos precisam ser seguidos. Estes passos são o mínimo estabelecido pela Rede. Cada núcleo pode aprimora-los ou torna-los mais específicos. Aqui salientamos aquilo que se encontra no caderno de formação em certificação participativa de produtos ecológicos.



Tabela 8: Passos para a obtenção do selo Ecovida.

Passos	Informações
1. Integrar a Rede Ecovida	Através do Núcleo, o grupo integra-se à Rede Ecovida.
2. Solicitar a certificação ao Núcleo Regional	O Núcleo deve ter seu Conselho de Ética em funcionamento.
3. Preencher o Formulário para Requerimento da Certificação	Para cada unidade de produção é preenchido um formulário que contém as informações sobre o processo produtivo.
4. Encaminha-los ao Conselho de Ética	De acordo com dinâmica interna, os formulários são encaminhados ao Conselho para a análise.
5. Análise dos formulários pelo Conselho de Ética	O Conselho pode solicitar mais informações se for necessário, a fim de compreender melhor o processo produtivo.
6. Visita à unidade de produção	O número de unidades visitadas deve ser representativo à realidade de cada grupo.
7. Parecer do Conselho de Ética	Aprovação ou rejeição. São apontadas as melhorias necessárias.
8. Aprovação da certificação pelo Núcleo	O Núcleo aprova a certificação e autoriza o uso do selo. O Núcleo pode emitir diplomas ou declarações para os membros.

Fonte: SANTOS, 2004.

4.5 Pesquisa Certificação Participativa em Rede

4.5.1 Objetivo da pesquisa

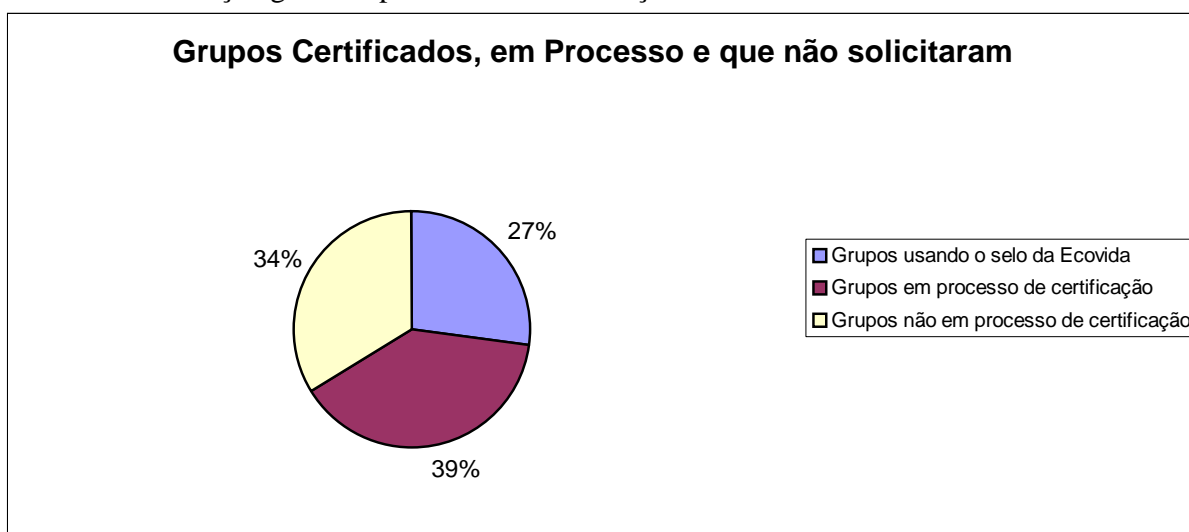
A pesquisa teve como objetivo realizar um diagnóstico sobre o processo de certificação participativa que estava sendo implementado pelos núcleos numa etapa anterior à sistematização final da metodologia no caderno de formação. Ela serviu como observação para possíveis ajustes ou adequações necessárias na metodologia numa perspectiva de garantir um melhor desenvolvimento da proposta, bem como identificar as ênfases necessárias que deveriam ser dadas no material a ser publicado, na oficina de capacitação em CPR e nos debates internos da Rede Ecovida e externo com as outras organizações.

4.5.2 Metodologia utilizada e resultados

A pesquisa foi realizada concomitantemente àquela relativa à organização dos núcleos e com a mesma metodologia de aplicação. No entanto, neste caso foi confeccionado e aplicado um questionário semi-estruturado (**anexo 14**) para os núcleos responderem.

O **gráfico 11** apresenta a situação da certificação participativa na Rede Ecovida. Os dados mostram que **27%** dos grupos (64) estão utilizando o selo ECOVIDA; **39%** dos grupos estão em processo de certificação (94) e **34%** (82) ainda não solicitaram. Estes números indicam que a maioria (**66%**) está realizando a CPR na perspectiva preconizada pela Rede.

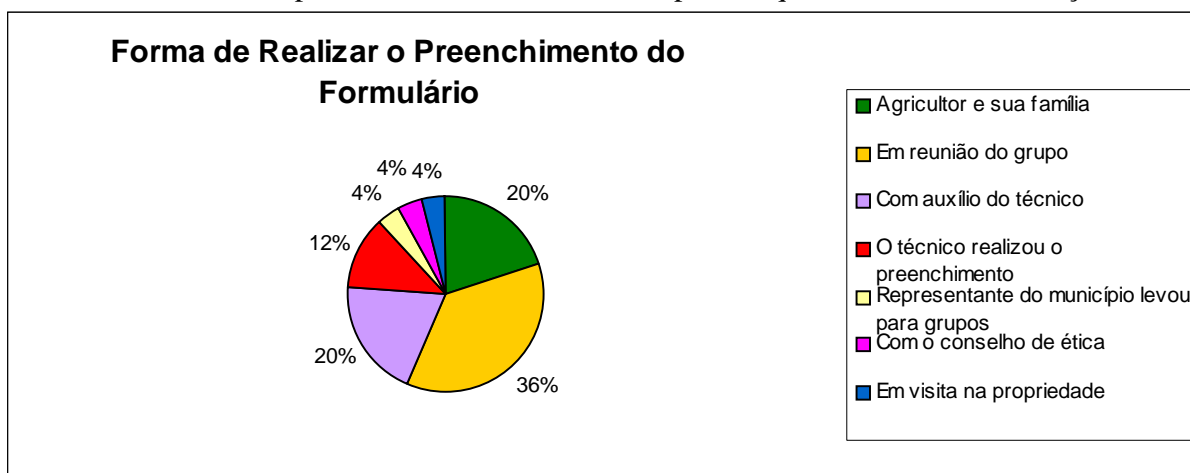
Gráfico 11: Situação geral do processo de certificação dos núcleos.



O **gráfico 12** mostra de que forma os Formulários para Requerimento da Certificação – FRCs foram preenchidos. Uma parte significativa dos núcleos (**36%**) realizaram o preenchimento em reunião do grupo. Porcentagem expressiva (**20%**) mostram que foi o agricultor e sua família que preencheu; mesma porcentagem apresentada para preenchimento com auxílio do técnico.

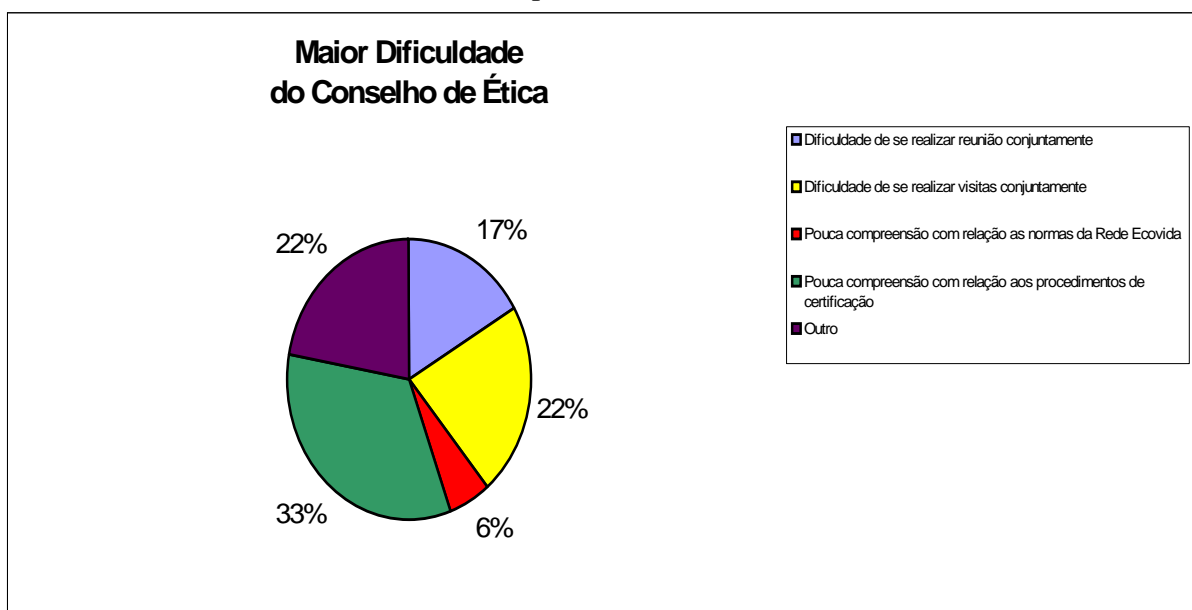
Estes números refletem o caráter de trabalho em grupo existente na Rede e uma possível capacidade inerente dos agricultores em expressar nos registros (papel) o que ocorre nas unidades de produção. Entretanto, o que precisa ser observada é a qualidade do preenchimento a fim de que se possa realizar a afirmação acima.

Gráfico 12: Formas de preenchimento do Formulário para Requerimento da Certificação – FRC.



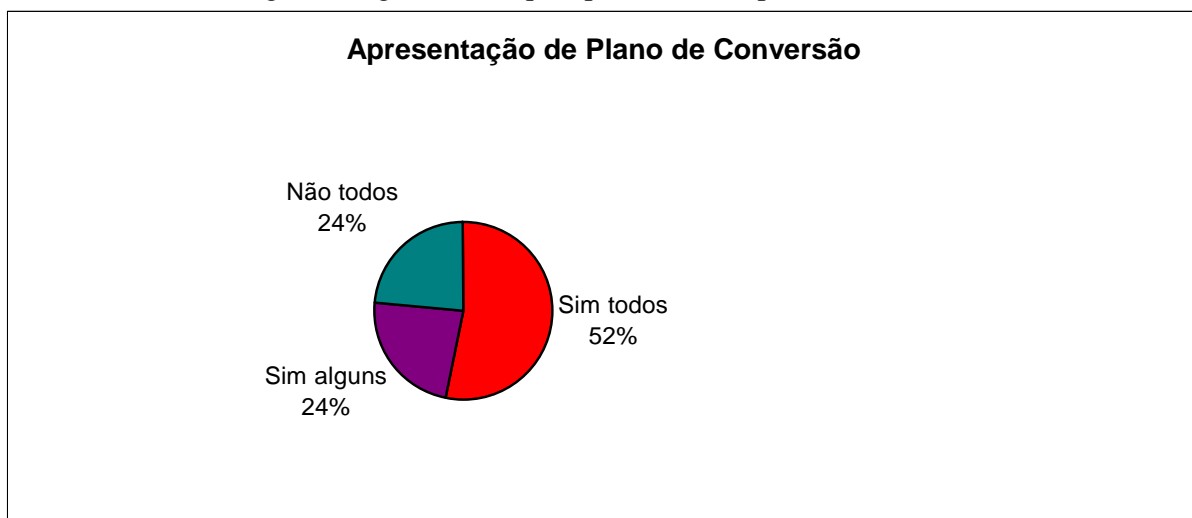
O **gráfico 13** mostra a maior dificuldade encontrada pelo Conselho de Ética do núcleo em relação aos procedimentos de certificação. A dificuldade mais expressiva diz respeito à pouca compreensão com relação aos procedimentos de certificação (**33%**). As outras duas que vêm em segundo lugar com **22%** são a dificuldade de realizar as visitas conjuntamente e “outras” dificuldades que dizem respeito a fazer cumprir as normas de produção, autonomia do conselho nas suas ações, realização de intercâmbio entre os grupos diferentes e pouca gente da equipe disponíveis o tempo todo para as visitas. **17%** afirmou que a realização de reunião conjunta do conselho consiste na maior dificuldade.

Gráfico 13: Maior dificuldade encontrada pelo conselho de ética.



O **gráfico 14** expressa a porcentagem de agricultores certificados ou em processo de certificação que apresentam planos de conversão de unidade de produção convencional para agroecológica. **52%** dos núcleos responderam que todos os agricultores apresentam; **24%** que alguns apresentam e **24%** não apresentam. Estes dados mostram o descumprimento das normas da Rede que colocam esta apresentação como obrigatória. Isto pode estar ocorrendo por desconhecimento do núcleo, complacência com o equívoco ou por outro motivo.

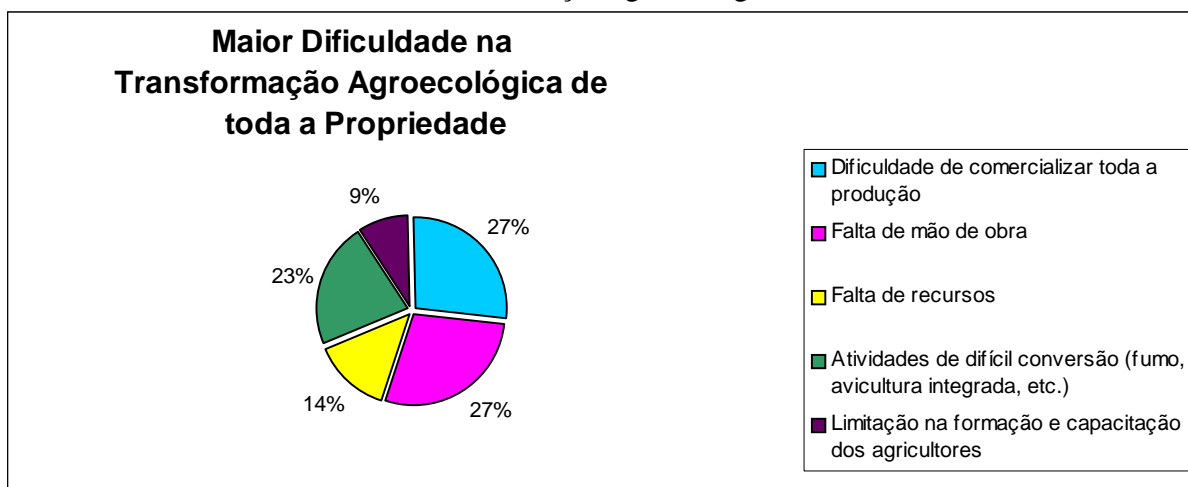
Gráfico 14: Porcentagem de agricultores que apresentam de plano de conversão.



O **gráfico 15** expressa a maior dificuldade encontrada na conversão/transformação de toda a unidade de produção em agroecológica. Dois fatores são apontados como principais por **27%** das respostas cada: a dificuldade em comercializar a toda a produção e a falta de mão de obra. **23%** das respostas são em relação à presença de atividades agrícolas na propriedade que são de difícil conversão como: fumo, avicultura integrada, monocultivos de tomate e batata. **14%** citam a falta de recursos e **9%** a limitação no conhecimento dos agricultores.

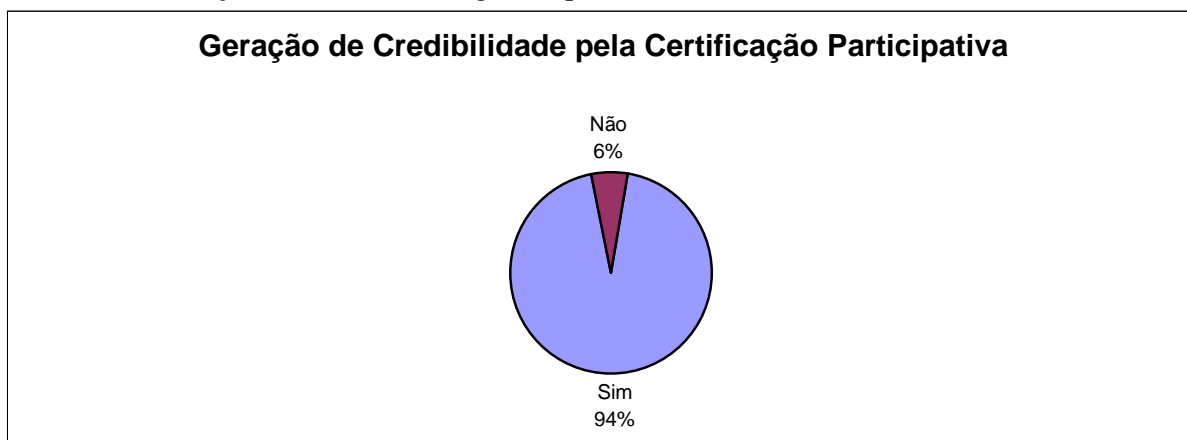
Estes dados reafirmam a impressão que temos em relação à comercialização, como um dos gargalos da produção ecológica. De uma maneira geral, os agricultores querem comercializar seus produtos de forma diferenciada (ecológico) ou afirmam que os produtos ecológicos não são aceitos ou são desvalorizados pelos padrões “convencionais”. Quanto à mão de obra (MO), pode mostrar a tendência de saída dos jovens do campo ao mesmo tempo que aponta para uma maior necessidade de MO no cultivo ecológico e o potencial de absorção por parte desta atividade.

Gráfico 15: Maior dificuldade na transformação agroecológica de toda a UPF.



Por fim, o **gráfico 16** reflete a opinião dos núcleos quanto à geração de credibilidade proporcionada pela CPR. Dos 18 núcleos, **17** responderam esta questão; sendo que **16** afirmaram que está gerando credibilidade e apenas **1** que não. Este último disse da possível desconfiança que um agricultor pode ter do outro em processos participativos. A maioria, no entanto, disse que a CPR contribui para o fortalecimento das relações e para a credibilidade de todo o processo já que o envolvimento e o compromisso são maiores nos processos participativos.

Gráfico 16: Geração de credibilidade gerada pela CPR.



4.6 Caderno de Formação em CPR

O trabalho seguinte à pesquisa foi de tradução da versão final do caderno numa linguagem e numa apresentação com ilustrações e exemplos que propiciassem uma melhor compreensão e prática do conteúdo presente ali. Esta tarefa foi realizada, basicamente, pelos bolsistas do projeto e por assessoria tanto na questão técnica agrônômica, quanto de design e ilustrações. Todo este árduo trabalho deu origem à publicação mais importante da Rede Ecovida de Agroecologia até o momento: **O Caderno de Formação em Certificação Participativa de Produtos Ecológicos (anexo 15)**.

Foram produzidos 3000 exemplares e distribuídos para todas as 2400 famílias de agricultores da ECOVIDA e para cada organização integrante. Alguns exemplares estão de posse das organizações de assessoria e com a coordenação da Rede para divulgação do trabalho. Além do apoio financeiro do CNPq para a execução dos trabalhos que culminaram no caderno, a impressão foi apoiada pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Este caderno foi o principal material utilizado para a capacitação na Oficina de Certificação Participativa em Rede que será relatada a seguir.

4.7 Capacitação em CPR

A oficina de capacitação era um dos objetivos centrais do projeto CNPq. Ela foi pensada para contar com a participação preferencial de integrantes dos Conselhos de Ética de todos os núcleos regionais. Uma articulação permanente *in loco*, por telefone e meio eletrônico foi realizada a fim de que todos os núcleos se fizessem representar.

O esforço não foi em vão. Estiveram presentes 51 pessoas representando todos os 21 núcleos da Rede Ecovida, inclusive pessoas de uma região onde será criado outro núcleo ECOVIDA. A lista de presença mostra a seguinte representatividade: **28** conselheiros de ética; **7** membros de coordenação de núcleo; **8** membros de núcleo; **5** assessores; **2** secretárias do núcleo e **2** estagiários.

O programa da oficina, o relatório e a lista de presença encontram-se no **anexo 16**.

De uma maneira geral, esta oficina consistiu num dos momentos formativos mais importantes que a ECOVIDA já realizou. A avaliação dos participantes foi de que momentos como este são fundamentais para o aperfeiçoamento do processo e devem continuar. Uma das sugestões foi que ocorra uma capacitação periódica dos Conselheiros de Ética, pois estes desempenham um importante papel na geração de credibilidade em cada núcleo.

O compromisso assumido por cada participante da oficina foi o de realizar o repasse daquilo que foi abordado dentro de seus respectivos núcleos. Pelo fato da capacitação ter sido realizada com atraso em relação ao cronograma do projeto, mas muito mais influenciado pelo potencial multiplicador do trabalhos dos participantes da oficina; a realização de encontros específicos sobre certificação participativa nos núcleos não foi realizado pelos bolsistas.

Como o processo desenvolvido pela ECOVIDA estava tomando proporções nacionais e internacionais, prova disso é a regulamentação brasileira dos produtos orgânicos e o seminário de certificação alternativa promovido pela IFOAM e MAELA com apoio da Rede (**anexo 17**) que serão mencionados no capítulo 5; os esforços foram também direcionados “para fora”, para este ambiente externo; pois se percebeu o importante momento que se vivia.

O que realizamos internamente foi a 3ª pesquisa com o objetivo de monitorar os processos de certificação que estavam sendo desenvolvidos nos núcleos tomando como base tudo o que havia sido construído e proposto pela ECOVIDA.

4.8 Pesquisa Monitoramento

4.8.1 Objetivo da pesquisa

O monitoramento da CPR na ECOVIDA era um objetivo complementar do projeto CNPq e uma demanda eminente das organizações integrantes da Rede. Assim, foi encaminhado numa reunião de coordenação no final de 2004 que esta atividade seria realizada, preferencialmente, naqueles núcleos que já estavam utilizando o selo ECOVIDA.

O objetivo principal era levantar a **organização e funcionamento atual da CPR** no núcleo; **as dúvidas do núcleo quanto à Rede, às normas e à CPR** e realizar uma **projeção futura do processo** em vista da regulamentação nacional.

Isto serviria como um **diagnóstico**, um **monitoramento** para as devidas orientações posteriores e de **subsídio para as futuras decisões** quanto aos caminhos que seriam trilhados pela Rede como um todo olhando para o contexto brasileiro.

4.8.2 Metodologia utilizada e resultados

Para esta pesquisa foi utilizado um questionário aberto que pode ser observado no **anexo 18**. Como dissemos anteriormente, os núcleos que utilizam o selo foram o objeto da pesquisa. Dos 21 núcleos, **11** utilizam o selo; sendo que **8** puderam ser visitados. É provável que a pesquisa nos outros 3 possa ser realizada num momento posterior, juntamente com aqueles núcleos que vierem a desenvolver a CPR de forma mais aprofundada.

Em 7 dos 8 núcleos, a pesquisa foi realizada através da ida a campo do bolsista deste projeto e de um técnico do CETAP durante a reunião do núcleo, do Conselho de Ética ou com a presença da coordenação e membros do referido Conselho. No outro núcleo o encaminhamento foi realizado por telefone e as respostas enviadas por meio eletrônico. Os núcleos monitorados foram: No Rio Grande do Sul – Alto Uruguai (18/11/04); Litoral Solidário (15/12/04) e Serra (24/05/05). No Paraná – Sudoeste (08/12/04) e Maurício Burmester (09/12/04) e em Santa Catarina – Oeste (03/11/04); Extremo Oeste (12/11/04) e Alto Vale (06/04/05).

Durante os encontros em torno de 2 a 3 horas era debatido o tema da certificação onde o monitor inseria as perguntas ao longo do debate. O conteúdo do debate foi transcrito, enviado à uma pessoa (técnico, coordenador ou membro do conselho) que esteve presente no encontro para conferência e, em seguida, sistematizado na **tabela 9** com o código do núcleo. O material serviu

de base para o debate sobre o futuro da certificação na Rede Ecovida realizado na última plenária de núcleos realizada em Passo Fundo de 01 a 03 de junho de 2005. Em seguida, foi distribuída uma cópia para cada núcleo regional presente.

Tabela 9: Síntese do monitoramento da CPR nos Núcleos que já utilizam o selo.

Pergunta/NR	NR 01	NR 02	NR 03	NR 04	NR 05	NR 06	NR 07	NR 08
1. Utilização do selo	4 grupos, 25 famílias.	4 grupos, 36 a 40 famílias.	4 grupos - 21 fam. 4 em processo.	13 grupos, 70 famílias.	17 grupos, 116 famílias.	Agroindústria de 1 grupo 3 famílias	1 grupo, 3 famílias.	5 grupos-54 fam. 2 processo-32fam
2. Grupo ou família	Família. Formam grupo p/ certificar.	Apenas produtos com a marca da Cooperativa.	Pode ser da família.	Da família.	Da família.	Grupo/agroind.	Da família.	Do grupo.
3. Passos p/ uso selo	Procedimento adaptado ao NR. Em geral OK.	Não tem procedimento. Baseada no antigo acordo	OK normas e com documentos para cada etapa.	Procedimento adaptado ao NR. Em geral OK.	OK normas mas sem registros específicos.	OK normas e com registros parciais.	OK normas.	OK normas e com documentos para cada etapa.
4. Impressão/quant.	258070/adesivos	45.000/impressos	40.000/impressos	Impresso/adesivo	90% adesivo/10%	20.000/impressos	Certificado	Majoria impressa.
5. Mudanças processo	Não.	Comissão de ética c/ autonomia decisória. O NR controlará por amostragem.	Não houve mudanças. Apenas o grupo que usava o selo antes dos procedimentos, agora segue passo-passo.	Não.	Agora os custos da certificação são do grupo ou família interessada. O NR não ajuda mais.	Não.	Não, mas falta discutir o caderno.	- Parecer coletivo do Conselho; - Produção novos documentos; < n° conselheiros; - controla selos.
6. Uso do selo	OK normas.	OK normas.	Não é utilizado.	Não é utilizado.	OK normas.	Não usa ainda.	Divulga marca.	Não usa ainda.
7. Relação NR e Rede	Sim. Separar melhor produto ecol. e não ecol	- Não acompanha melhor por falta de pessoas; - Precisam se adequar aos procedimentos de certificação.	- Alguns grupos não fazem a auto-avaliação e reunião com assessoria/comissão de ética.	Em geral OK. As dúvidas que surgem são sanadas no processo.	Entende que é necessário uma maior participação das pessoas nas esferas da Rede.	- Entende que sim - Os grupos têm Comissão de Ética não precisaria do conselho do NR. - Maior rapidez CPR do NR.	- Busca seguir os princípios da Rede.	- Está OK, mas propõe itens a mais para toda a Rede. - Declaração de produtor parceiro
8. Observações	-NR instância de artic./encam ^{to} ; -NR ligado ao programa instit. da Ong. O interessado tem que estar de acordo.	- Curso de agroecologia é necessário para entrar na cooper.; - Os grupos da cooperat. se encontram sempre.	- FRC complexo e difícil de preencher.	- Re-animação dos grupos e da comissão de ética - Dificuldade em "punir" o vizinho. - Interessante a visita surpresa.	- Salientam a real diferença entre a Ecovida e outra certificadora; - Agora as visitas são muito rápidas - Responsabilidade do NR e agrís.	- Quem verificará o plano conversão - Falta intercâmbio entre grupos; - Conversão obrigatória é difícil; - Produtos certificados c/ nE UPA.	-	- FRC preenchido; - Reciprocidade com outras certificadoras; - Mercado quer responsabilizar alguém (selo); - Selo = futuro.
9. Org/func. Ecovida	Material apoio.	Não há.	OK.	Papel do núcleo	- Quem é quem? - Projetos e \$	Dificuldade de informar pessoas.	Frequência dos encontros.	Com quem ficam os documentos?
10. CPR Ecovida	OK. NR sabe os passos, pois foram construídos coletivamente.	Prática coerente, mas passos não!	- Dificuldade de compreender a produção ecológica da transição.	OK.	OK.	OK. Tem tentado resolver as coisas dentro do próprio núcleo.	Detalhamento sobre as exigências da legislação.	OK.
11. CPR/Lei 10.831	OK.	OK	OK.	Quer que a Rede ocupe seu papel nacional.	A lei não foi atualizada ainda.	Seria bom ter o resumo do processo atualizado.	Muitas dúvidas quanto às mudanças	OK.
12. Normas Ecovida	Vão estudar +.	OK.	OK.	Os insumos.	Conhecer mais.	OK.	Uso do estercor	Os insumos.
13. Omissões normas	OK.	OK.	- Falta prever com clareza a punição.	Lista de insumos permitidos ou não	- Rastreabilidade; - Agroindústrias.	OK.	Agroindústrias; Estudar mais.	Produtos ec/nEc; Proteção rios.
14. Observações	Dúvidas pois sempre mudam.	NR c/ dificult. operacionalização	-	Composto "H" e Biotex pode usar?	Melhor comunic.	Dificuldade de ser imparcial.	Selo da Rede aceito fora.	OK.

Pergunta/NR	NR 01	NR 02	NR 03	NR 04	NR 05	NR 06	NR 07	NR 08
15. Papel AACP	<ul style="list-style-type: none"> - Continua como está e soma as respo. pessoais e legais; - Núcleos (2 a 3) representados na AACP; - AACP orgânica com a Rede: agris 50% + cons - Núcleo com = papel e respaldo legal da AACP. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ficou congelada demais, sendo que toda a responsabilidade ficou sobre o NR; - Se as informações tivessem sido mantidas, estaria melhor. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior profissionalização da certificação na Rede Ecovida. Pode continuar no núcleo, mas tem que profissionalizar. Manter os documentos na AACP. 	<ul style="list-style-type: none"> - Importante e necessária e tem que funcionar bem. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fundamental, precisa-se dela; - Não desativa-la para a Rede não ficar com cara de certificadora. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sim, ter a AACP. 	<ul style="list-style-type: none"> - O NR não percebe diferença entre a Rede e a AACP, senão por motivos do cumprimento da legislação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Se possível, não acionar a AACP; - Construir a Avaliação da Conformidade, responsabilizando as organizações locais; - Não perder o q. já foi construído; - Manter selo e fortalecer a marca Ecovida.
16. Passos AACP	<ul style="list-style-type: none"> - Ter uma organização ou escritório central. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ser representativa de todos os núcleos (2 a 3); - Descongelar a AACP c/ urgência 	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos de apoio à certificação - AACP monitorando os NRs; - Centralizar os documentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reativar a AACP - Representativa dos NRs; - Representantes mais permanentes da região. 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação dos núcleos na redefinição da AACP; - Conhecer melhor para opinar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Previsão de \$ necessários para poder opinar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Se fazer mais clara. 	<ul style="list-style-type: none"> - Homogeneizar discurso e ações; - Compartilhar o processo e o novo - Apresentar princípios claros encaminhamentos - Aprimorar c/ NR
17. Papel NR certific.	= item 15.	As 2 ou 3 pessoas assumiriam as responsabilidades.	<ul style="list-style-type: none"> - Uma maior representatividade na coord. Rede. 	Pessoa que participa ser bem informada e manter o núcleo bem informado.	<ul style="list-style-type: none"> - Participação maior dos agricultores; - Representatividade por núcleos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ativar a AACP; - Organizar a documentação e passar p/ a AACP; - 1 representante + 1 suplente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer a agroecologia na região e a articulação dos grupos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Grande responsável p/ geração de credibilidade; - Manter o papel atual.
18. Outra certificadora	Ecocert, pouca influência no processo da Ecovida.	Ecocert para a exportação. Há um sentimento que a documentação da Ecocert é suficiente e não precisa da Rede	Não.	<ul style="list-style-type: none"> - Ecocert, IMO, IBD, OCIA. - Produtores de grãos para exportação certificam com elas. - Elas liberam produtos proibidos pela Ecovida. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ecocert, IBD e IMO; - Migração de outras certificadoras p/ Ecovida; - Não há reciprocidade; - Sentimento que a Ecovida é para a venda direta. 	Ecocert.	Não.	Ecocert. Influência posit. e negativa. Uma insere quem precisa, outra impede novas adesões.
19. Observações	-	Custo da CPR alto Realizar projetos pela AACP; AACP sem funcionários e estrutura física.	-	<ul style="list-style-type: none"> - AACP enxuta, objetiva e possa gerenciar recursos. - A "alma" da AACP e da Rede é a mesma, mas a atuação é diferente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer mais a legislação; - Discussão de assuntos às presas; - Polarização do debate p técnicos - Importante passar o diferencial para o mercado; - Certificação do agricultor e não da empresa. 	A Ecovida deveria promover mais a sua marca, seu selo.	Maior aproximação do Núcleo com a Rede, melhor comunicação.	<ul style="list-style-type: none"> - Rede: dinâmica interessante na região; - participação dos consumidores; - Tem tirado o papel de fiscal da ONG local.

CAPÍTULO 5 – CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL DA REGULAMENTAÇÃO DOS ORGÂNICOS

A partir de 1994, após a aprovação da legislação europeia, o advento da ECO92 e o interesse crescente do setor exportador orgânico, inicia-se os debates em torno da construção do marco legal brasileiro. Inicialmente, o MAPA chamou um conjunto de pessoas conhecedoras do tema para debater o caminho que seria necessário trilhar. Nesta primeira fase, a ênfase na diversidade do movimento orgânico brasileiro, através da expressão dos pontos de discordância, principalmente na questão da certificação em que não se queria aceitar os processos participativos, foi o principal motivador da impossibilidade de traçar o caminho comum. Assim, o processo pára e é retomado em 1997.

Decorridos os 3 anos, a necessidade de regulamentar o tema era ainda maior. As exportações de orgânicos cresciam, os países importadores definiam suas legislações, as certificadoras internacionais passaram a trabalhar em território brasileiro e o movimento orgânico passa a ver a importância de traçar estratégias comuns ou que, pelo menos, respeitem e valorizem a diversidade nacional. Então, diversas organizações retomam seus encontros e se propõem a construir uma proposta comum que seria entregue ao governo brasileiro como sendo a vontade da sociedade civil organizada.

Através de uma série de reuniões que vão até 1999, o MAPA lança IN 07 que define o sistema orgânico de produção e diz que, para que um produto possa ser comercializado como orgânico, deve ser certificado. Aqui cabe ressaltar uma das causas mais importantes das divergências entre as organizações integrantes do histórico movimento orgânico brasileiro – A CERTIFICAÇÃO. Quer por mérito ou método, este ponto era o calcanhar de Aquiles no debate acerca da regulamentação. Se por um lado todos viam como importante ou até necessária a existência de uma legislação que servisse de apoio e promoção da AO no Brasil, por outro, uns viam a certificação como desnecessária ou ao menos voluntária, outros defendiam diferentes formas de garantir a qualidade (principalmente a experiência da relação entre produtores e consumidores gerando credibilidade)¹¹ e outros só conseguiam ver a certificação como obrigatória e realizada por meio de auditoria/inspeção.

¹¹ A exemplo do trabalho de vários anos da Cooperativa Ecológica Coolméia em Porto Alegre/RS.

Com o objetivo de criar uma proposta comum, o conjunto das organizações chegou ao seguinte consenso: que a certificação seria prevista na normativa, mas que poderia ser realizada de acordo com as particularidades regionais, ou seja, adequada metodologicamente à realidade onde seria desenvolvida.¹² Este consenso permitiu que se desenvolvessem, simultaneamente, os critérios relativos à AO através dos conceitos, premissas, características, etc; bem como os mecanismos inerentes aos sistemas de garantia, ou seja, da certificação “por auditoria” e de geração de credibilidade¹³.

Além dos conceitos e das questões relativas à certificação dos produtos, a IN 07 previu a criação do Colegiado Nacional e dos Colegiados Estaduais da Produção Orgânica, órgãos compostos de forma paritária entre governo e sociedade civil e com funções de implementar a IN através do credenciamento das certificadoras, do acompanhamento e fiscalização dos trabalhos realizados e do fomento da AO.

O Colegiado Nacional e alguns Colegiados Estaduais foram formados e tiveram seus trabalhos iniciados. Uma das demandas mais evidentes era o credenciamento dos OCs a fim de que eles pudessem atuar no território nacional respaldados pelo governo. Assim, o Colegiado Nacional lançou em 2002 a IN 06 – uma proposta de normativa elaborada, basicamente, pelo Colegiado Estadual de São Paulo prevendo tais critérios.

Este fato foi o estopim para o reinício dos desconfortos entre as diversas organizações brasileiras. Isto porque a IN 06 era tão burocrática e confusa em seu conteúdo que dos mais de 20 OCs em atuação no Brasil, talvez 2 ou 3 conseguiriam cumprir as exigências impostas. Além disso, havia uma mistura entre as normas privadas da IFOAM e da ISO¹⁴ e uma exclusividade para os mecanismos de certificação por auditoria, contrariando a própria IN 07.

¹² Item 9.2. da IN 07 diz: “As certificadoras adotarão formas mais adequadas de acordo com as particularidades das regiões onde atuam”.

¹³ A certificação, chamada de maneira redundante de certificação por auditoria, consiste, por definição, num procedimento de avaliação da conformidade onde um organismo de 3ª parte (independente da produção e do consumo) atesta por escrito que determinado produto, processo ou serviço está de acordo com as normas ou regulamentos pré-estabelecidos. Já a geração de credibilidade consiste num processo de garantia que se dá através das relações estabelecidas, formais ou informais, entre produtores e consumidores e/ou através da organização de base e das relações em rede, consistindo no que chamamos de sistema participativo de garantia (SPG) ou, no caso da Ecovida, de certificação participativa em rede (CPR).

¹⁴ Sigla em inglês para Organização Internacional para Normalização.

Durante o ENA – Encontro Nacional de Agroecologia realizado em julho de 2002 no Rio de Janeiro, diversas organizações se manifestaram enfatizando que o processo de regulamentação da AO no Brasil não somente estava sendo conduzido de forma equivocada (não mais visando o consenso), como poderia, se implementado daquela forma, trazer muitos prejuízos às organizações (principalmente de pequeno porte) que trabalhavam com AO, inviabilizando sua inclusão. Assim, foi formado o GAO – Grupo de Agricultura Orgânica com a participação de dezenas de organizações públicas e da sociedade civil, com o objetivo de trabalhar na construção do marco legal da AO através da retomada do princípio do consenso e da defesa das iniciativas de pequeno porte, seja de produção, organização e certificação.

O GAO realizou uma série de atividades. Certamente, três das principais foram: 1. Impedir a que a IN 06 entrasse em vigor; 2. Propor o texto que serviu de base para a Lei nº 10.831 de dezembro de 2003 e 3. Deflagrar um processo de debate e formação através de oficinas locais e regionais por todo o Brasil intitulado: Construindo a certificação participativa em rede no Brasil (**anexo 19**). Hoje o GAO ainda desenvolve seus trabalhos e sua principal ação encontra-se na contribuição no processo de regulamentação da Lei 10.831 (**anexo 20**).

5.1 A Construção da Lei 10.831

Enquanto as normativas eram construídas de acordo com os procedimentos relatados anteriormente, tramitava no Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) nº 659 de 1999. Este PL foi substituído pelo PL 14 de 2002, o qual foi a base para a Lei 10.831.

Em virtude de uma lei ter um peso maior que uma normativa e ter uma vida “mais longa”, ou seja, para ser modificada necessita uma maior mobilização; os esforços do GAO foram centrados na construção da proposta de lei que realmente fosse reflexo da realidade vivida pela AO brasileira. Assim, quando em um dos encontros do Grupo o Senador Aelton Freitas (Engº Agrônomo e responsável pela matéria) disse que reconhecia o GAO como legítimo e se comprometia em defender e apresentar no Senado tudo o que fosse proposto, vimos a possibilidade de termos uma lei condizente aos interesses coletivos.

Nosso desafio passou a ser, a partir daí, a retomada da construção de um consenso e da redação do texto legal. Mais uma vez, a certificação foi o motivo dos desentendimentos. Por um

lado, as certificadoras de maior porte e mais especializadas na execução do serviço querendo que a certificação fosse obrigatória, por outro, as pequenas certificadoras e algumas organizações como a Rede Ecovida de Agroecologia que primavam mais pelo desenvolvimento da agricultura orgânica em si, do que a polarização do debate em torno da certificação. A Rede Ecovida defendia juntamente com outros atores, que a certificação fosse voluntária (não obrigatória) devido ao contexto vivido no Brasil, em países latino-americanos e em vários países ditos desenvolvidos.¹⁵

O contexto da AO no Brasil e no mundo, fez com que pudéssemos construir uma compreensão com o GAO de que existe uma diferença marcante entre a agricultura orgânica familiar e a agricultura orgânica de grande escala. É como diz Cristina Monti, presidente do Conges¹⁶:

“O grande conflito que existe nos sistemas agrícolas de produção não é apenas a disputa internacional entre Norte e Sul do mundo, mas também o conflito entre os pequenos e os grandes produtores”¹⁷.

A realidade de que existe uma grande diversidade dentro da AO brasileira, ou seja, entre regiões, estados, tipo de agricultor, de produto produzido, de mercado acessado e de certificação foi corroborada pelos números do estado de Santa Catarina, onde um levantamento realizado pelo Icepa¹⁸ em 2001/02 identificou que, dos 706 produtores considerados orgânicos, apenas 35% (247) eram certificados e destes, apenas 32% (79) por auditoria. Isto levou-nos a algumas conclusões:

1. A AO é incipiente: No estudo, apenas 0,35% da agricultura catarinense foi considerada orgânica, o que nos faz perceber que há muito para trabalhar. Esta realidade mostra-nos que uma legislação adequada pode e deve prever mecanismos de apoio ao desenvolvimento do setor.

¹⁵ Precisamos fazer, aqui, alguns esclarecimentos. A certificação consiste num diferencial agregado ao processo de produção orgânica. Estudiosos do tema afirmam que existem mais iniciativas de AO não certificadas do que certificadas. Isto se deve a diversos fatores, dentre os quais podemos citar: Alto custo da certificação (principalmente aos pequenos produtores), necessidade de existência de um mercado diferenciado e que paga mais pelo produto orgânico para justificar a certificação, inadequação dos métodos de certificação às realidades vivenciadas pela agricultura campesina/familiar, inexistência de políticas públicas nos países em desenvolvimento que estimulem a produção orgânica certificada, entre outros.

¹⁶ Conges – Consorzio di tutela del prodotto giusto, ético e solidale (Itália).

¹⁷ *Comércio Ético e Solidário, sistemas de certificação e políticas públicas: a experiência na Itália* in: Comércio Ético e Solidário no Brasil. França, C.L. de (org). São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ILDES, dez 2003, pp.71-78.

¹⁸ Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.

2. A certificação é incipiente: Apenas 35% das iniciativas são certificadas. Isto leva-nos a pensar a respeito de quais os fatores contribuem para este comportamento. Custos altos, não obrigatoriedade da certificação, mercados alternativos, entre outros, podem estar entre as causas.
3. Processos participativos de garantia são uma realidade: 68% das iniciativas consideradas certificadas o fazem através da chamada certificação participativa. Isto pode estar indicando que uma metodologia de garantia da qualidade mais adequada social e economicamente pode ser um mecanismo importante de inclusão dos pequenos agricultores no panorama da AO certificada.

Estas informações foram fundamentais para que o grupo propusesse dois importantes pontos na lei que nos diferenciam de boa parte das legislações relativas ao tema. A primeira delas foi a não obrigatoriedade da certificação em casos de comercialização direta aos consumidores realizada por agricultores familiares organizados e sob controle social. A segunda foi permitir que diferentes sistemas de certificação pudessem ser desenvolvidos para garantir a qualidade orgânica dos produtos.

Estes aspectos, presentes no Art. 3, parágrafos 1 e 2, consistem num avanço que, embora não coloquem a certificação como facultativa, favorecem a inclusão de praticamente todos os atores da AO no Brasil e permitem que sistemas de garantia mais adequados possam ser desenvolvidos, fazendo com que os processos de certificação possam não ser impedimento ao desenvolvimento do setor em nosso país. Esta experiência tem servido de base para outros países na construção de seus marcos legais, principalmente no que se refere ao fortalecimento do mercado interno de produtos orgânicos.

5.2 Destaques do Processo Regulamentar e Perspectivas de Reconhecimento dos SPGs

Aqui apontamos alguns elementos que foram ou estão sendo fundamentais na construção da proposta regulamentar ou são pontos de conflito e divergência de opinião. Acreditamos que estes elementos podem sugerir os próximos passos a serem dados no processo regulamentar.

A inserção dentro de um contexto internacional amplo: A construção da Lei da AO brasileira não está desconectada da realidade internacional. Tanto isso é verdade, que o início dos debates se deu em virtude desta realidade e agora, durante a regulamentação, todos nós estamos olhando para o ambiente internacional, quer nas questões que já estão consolidadas, quer nas que estão em transformação.

Dentro das questões consolidadas, talvez duas mereçam especial destaque. A primeira delas consiste na transferência dos processos normativos e regulamentares da esfera privada para a esfera pública. Isto significa dizer que, se antes as questões relativas à AO eram encaminhadas dentro do contexto do movimento orgânico e das organizações criadas a partir desta raiz, agora os governos passam a ter primazia nas questões relacionadas ao tema em virtude das relações comerciais cada vez mais desenvolvidas entre os países. Isto leva-nos a perceber uma sensível modificação no panorama da AO em todo o mundo e que revela o paradoxo enfrentado pelo movimento orgânico atual: crescer e multiplicar ou proteger e aprimorar. Esta realidade mostra o crescimento de organismos (como os de certificação, por exemplo) que têm desenvolvido seus processos sem terem uma relação estreita com o movimento. Outro exemplo consiste na elaboração de normas e regulamentos públicos mais brandos do que as normas privadas, relegando estas à uma posição de descaso ou de permanência apenas dos “puros e verdadeiros” integrantes do movimento.

A segunda questão, ligada à primeira, consiste na padronização dos critérios a serem seguidos, principalmente no que diz respeito à acreditação de OACs (Organismos de Avaliação da Conformidade). Para exemplificar: o processo nacional pensou, inicialmente, que o Ministério da Agricultura é quem faria todas as etapas para que um OC pudesse desenvolver suas atividades dentro do território nacional. Entretanto, no nível internacional, já existe uma realidade em prática que apresenta o IAF – Fórum Internacional de Acreditação como uma associação com diversos membros nos países que têm a responsabilidade de acreditar OCs de acordo com as normas internacionais. No Brasil, quem faz esta tarefa é o INMETRO. No caso de acreditação para OCPs, ou seja, Organismos de Certificação de Produtos (que inclui processos ou serviços), os requisitos seguidos estão descritos na ISO Guia 65. Assim, na regulamentação dos orgânicos, será o INMETRO o órgão responsável pela acreditação dos OCPs. Não sabemos, ainda, o efeito disso para a agricultura orgânica brasileira, já que o INMETRO, historicamente, desenvolve seus

trabalhos mais voltado para a indústria do que para a agricultura, além de não possuir experiência e conhecimento do setor orgânico.

Com relação às questões que se encontram em transformação, talvez a mais importante consiste numa compreensão mais ampla acerca da garantia dos produtos e processos orgânicos que podem ser expressos através de diferentes formas e mecanismos de avaliação da conformidade. Segundo a ABNT a

“Avaliação da Conformidade é um exame sistemático do grau de atendimento, por parte de um Produto, Processo ou Serviço, aos requisitos especificados”¹⁹.

Segundo Grizante Júnior e Bastos (2003), existem 5 modos de avaliação da conformidade: Ensaio, inspeção, declaração do fornecedor, etiquetagem e certificação. A certificação é, portanto, um dos cinco modos e não o único como se pensava. Além deste esclarecimento, sabe-se que a avaliação da conformidade pode ser de caráter voluntário ou compulsório, ou seja, de livre adesão ou obrigatório definido, neste último pelas autoridades através de regulamentos técnicos. Sabedores desta informação, um dos técnicos do INMETRO que tem participado da construção da regulamentação dos orgânicos exclamou:

“Não sei por que para os orgânicos “vocês” estão “querendo” que seja compulsório e não voluntário. A certificação para os orgânicos deveria ser voluntária, para quem quisesse optar por ela em função do mercado e não uma imposição legal!”

Este contexto trouxe uma nova perspectiva na construção da regulamentação da AO no Brasil, pois permite compreendermos que existe um sistema amplo e reconhecido mundialmente que pode respaldar a decisão que venhamos a tomar quanto à legislação brasileira. Para exemplificar este ponto, a própria OMC, numa das últimas reuniões do Acordo TBT (Acordo de Barreiras Técnicas ao Comércio), reconheceu que a certificação consiste numa barreira evidente e recomendou que outros mecanismos de avaliação de conformidade sejam aceitos e estimulados a fim de facilitar a troca de mercadorias e serviços entre os países.

No âmbito da lei dos orgânicos, esta possibilidade havia sido ensaiada quando se disse no § 2 do Art.3 que

“a certificação da produção orgânica enfocando sistemas, critérios e circunstâncias de sua aplicação, será matéria de regulamentação desta Lei, considerando os diferentes sistemas de certificação existentes no país”.

¹⁹ Grizante Júnior e Bastos: *Avaliação da conformidade de produtos*. São Paulo, 2003. 77p. Monografia (MBA em Engenharia da Qualidade). Escola Politécnica, Universidade Federal de São Paulo.

Aqui estava sendo reconhecido claramente que pelo menos 2 (dois) sistemas diferenciados estão em curso no país, o chamado “por auditoria” e o “participativo”. Assim, na fase de elaboração do Decreto Presidencial propusemos a “tradução” do acima descrito da seguinte forma no Art. 9:

“Para efeitos desta lei, diferentes procedimentos de avaliação da conformidade poderão ser utilizados como garantia da qualidade relativa as características regulamentadas para produtos orgânicos, mediante regulamentação complementar específica”.

Entretanto, o que vivenciamos aqui foi um equívoco quanto à terminologia técnica, ou seja, na redação da lei deveria ter sido usado o termo avaliação da conformidade e não certificação; fato que foi remediado pela redação adequada do Decreto Lei sem qualquer perda da qualidade ou do objetivo que se quer alcançar. Entretanto, quanto ao caráter compulsório expresso na lei, muitos avaliam que isto pode vir a ser um fator que irá contribuir para manter a agricultura orgânica como uma realidade para poucos produzirem e poucos comerem seus produtos! Neste sentido, uma mudança da legislação dando à certificação, ou melhor, aos modos de avaliação da conformidade o caráter voluntário talvez seja o mais sensato que possamos fazer, pois isso não impede aqueles que quiserem reconhecer seus produtos e processos de fazê-lo, mas o contrário obriga os que não querem, não podem ou não precisam, de exercer sua liberdade.

A garantia das proposições construídas: Os grupos de trabalho (GTs) formados por membros do GAO, MAPA e Fórum das certificadoras para proporem o conteúdo regulamentar trabalharam intensamente com o objetivo de propor aquilo que reflete a realidade e a necessidade pertinentes ao tema da AO. Entretanto, é de fundamental importância que aquilo que se está propondo seja efetivamente contemplado na versão final dos documentos. Para isso, duas coisas são necessárias.

A primeira delas é a harmonia na construção do processo. É sabido que a lei está sendo regulamentada por um conjunto relativamente grande de atores que possuem seus interesses particulares e seus pontos de vista. Citando Maria Fernanda Fonseca em sua tese de doutorado onde diz que “harmonizar não é uniformizar, harmonizar é viver em harmonia”, temos que ter claro que estamos propondo algo para todo o Brasil e não somente para adequar ou termos nossos processos garantidos, assim temos que olhar para o conjunto, para todos, a fim de que nossas decisões e proposições individuais não estejam acima ou inviabilizando a prática do outro. Neste sentido, talvez o mais prudente tivesse sido a proposição de uma regulamentação simples e de

princípios, mais do que complexa e cheia de detalhes que até contribuem para o afastamento do “espírito” da agricultura orgânica. Infelizmente o texto regulamentar está bem complexo e denso, mas, pelo menos, foi construído de maneira participativa e democrática.

A segunda consiste em subsidiar com as informações necessárias as pessoas e organizações que, por diversos motivos, ocupam postos decisórios no processo regulamentar. Menção especial fazemos aos integrantes da CSAO – Câmara Setorial da Produção Orgânica que, formada para ser um órgão consultivo do Ministro da Agricultura, apresenta papel central da finalização do texto. A Câmara, que delegou aos GTs o papel da construção dos regulamentos, tem agora a finalidade de ratificar o proposto e deliberar acerca dos pontos que ficaram pendentes ou que possuem duas visões. Na seqüência da reunião da CSAO a lei entra em consulta pública por 90 dias (por se tratar de uma lei que tem efeito internacional) e, só então, passa a vigorar na sua totalidade.

A possibilidade do “novo”: Como mencionamos anteriormente as questões relativas aos mecanismos de avaliação da conformidade, a certificação participativa, os sistemas participativos de garantia, o controle social e algumas possíveis barreiras impostas pela certificação; o processo brasileiro está sendo observado por organizações do mundo inteiro. Tanto a proposição de um novo mecanismo de avaliação de conformidade condizente aos processos orgânicos de produção, que talvez possa ser definido por *Sistema Participativo de Garantia*, como o aprofundamento deste debate em esferas como MAELA, IFOAM e governos, podem contribuir, efetivamente, para o avanço da agricultura orgânica que atenda a demanda de produtores e consumidores, tanto numa perspectiva do estímulo ao setor quanto à possibilidade de consumir, com confiança, um produto oriundo não somente de práticas ambientalmente corretas mas, também, de relações sociais justas e solidárias.

5.3 O SPG/CPR da ECOVIDA e a regulamentação brasileira

Observando os conceitos relativos à certificação e à avaliação da conformidade, bem como o contexto apresentado, verificamos que a Ecovida precisará consolidar o caminho que trilhará no que diz respeito à regulamentação. Neste sentido, no que diz respeito ao processo de garantia desenvolvido, os cenários são:

Primeiro: a CPR desenvolvida hoje, sem modificações, aproxima-se mais do participativo do que do conceito de certificação, ou seja, ela constitui-se num Sistema Participativo de Garantia e não da certificação propriamente dita. Como já dissemos, ambos os sistemas têm finalidade semelhante, embora a alcancem com princípios e métodos distintos. O reconhecimento da CPR se dá pela credibilidade construída junto ao consumidor, fato este que continuaria possível com a presença da lei caso ela contemple os SPGs. Aqui, há três saídas possíveis: A primeira é a construção da regulamentação para outro mecanismo de garantia para além da certificação. A segunda é a exceção prevista no caso da venda direta e a terceira, é manter-se na ilegalidade.

Segundo: A Associação Ecovida é ativada, passa efetivamente a responder pelo processo de certificação desenvolvido no âmbito da Ecovida e busca sua acreditação junto ao Inmetro como um Organismo de Certificação. Para isso, necessita realizar algumas adequações a fim de que esteja de acordo com a ISO 65 e possa ser acreditada pelo Inmetro e designada pelo Mapa. Um dos caminhos seria manter um “pool” de auditores de forma descentralizada, talvez em cada Núcleo Regional e realizar a certificação de grupo de pequenos produtores, atribuindo a maior parte das responsabilidades ao técnico local ou monitor do grupo, fazendo com que os custos sejam reduzidos. Este cenário tem um complicador que é expresso através de um depoimento de Laércio Meirelles:

“Eu sinto como se nós quiséssemos criar um jogo coletivo, jogado em equipe, fazendo da disputa da bola e do arremesso a um alvo o objetivo central. Chamamos este jogo de “futebol de mão” e tentamos adaptar este novo jogo às regras do futebol. Aí percebemos que o jogo que idealizamos se joga com a mão, cinco jogadores de cada lado e o alvo tem poucos centímetros de diâmetro e não mais que alguns metros de largura. É outro jogo. Usar as regras do futebol, ainda que adaptadas, podem deturpar a essência deste novo jogo!”

O “jogo” que criamos é a CPR ou SPG. O que já existe é a certificação. A pergunta que fica é: Conseguirá a Ecovida ter seu processo reconhecido nos moldes dados até aqui pela regulamentação tendo que realizar drásticas mudanças em seu processo sem deturpá-lo na sua essência?

Terceiro: A Rede Ecovida fortalece sua MARCA ECOVIDA® como uma marca de IDENTIDADE, ou seja, uma menção no rótulo do logo ECOVIDA e de uma mensagem padrão que seria criada. Talvez um pequeno livreto (como aqueles presos com um cordãozinho na tampa). Esta menção estaria presente em todos os produtos dos grupos e associações filiadas. O

sistema de garantia, neste caso, poderia ser realizado tanto com o futuro construído pelo 1º cenário quanto pelo 2º, ou ainda com um OC independente da Ecovida, ou seja, outra certificadora. Com relação a esta última possibilidade, duas são as principais implicações. A primeira levaria a Rede a não se preocupar com a certificação, seja ela qual for, pois daria a liberdade aos grupos e agricultores filiados de escolher qual certificadora é mais adequada. A segunda, no entanto, seria concluirmos que a Rede “perdeu a batalha” que travou, pois se “renderia” a certificadoras que não têm, necessariamente, a sua cara.

A última Plenária de Núcleos realizada de 01 a 03/06/2005 definiu que a Rede optará pela primeira e pela terceira via, ou seja, pela caracterização da CPR como um novo procedimento de AC e pelo fortalecimento da MARCA ECOVIDA como uma marca de identidade do processo desenvolvido.

CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES

A organização da Rede Ecovida revela-se como um ponto de chegada de um processo histórico desenvolvido por vários anos dentro de um contexto sócio-cultural peculiar ao Sul do Brasil ao mesmo tempo que se consolida como um ponto de partida para uma nova dimensão organizacional; mais ampla, representativa e influente no cenário nacional.

Quanto à comercialização de produtos ecológicos, a Rede aponta como um dos gargalos no tocante à agricultura ecológica. Os dados de pesquisas realizadas relativos à ECOVIDA, confirmam a tendência para a priorização dos canais de comercialização de cadeia curta que é caracterizado pela participação direta dos agricultores e dos consumidores. As feiras ecológicas, em particular, são o principal canal e consistem em mais que um local de comercialização.

Em relação às informações relativas ao cadastramento, poderíamos realizar uma inferência para a situação atual obtendo os seguintes dados:

- Área ecológica total de cultivo na Rede Ecovida: 12.564,32 hectares
- O RS possui a maior área ecológica média, seguido por SC e PR.
- O PR possui a menor área convencional média, seguido por RS e SC.
- Os agricultores que trabalham ecologicamente há mais tempo são do RS, seguidos por PR e SC.

Os dados do levantamento expedito mostram que quase não houve alteração no número de organizações integrantes entre 2004 e 2005, podendo indicar uma tendência de amadurecimento do processo interno dos núcleos e não uma expansão do trabalho. A repetição deste levantamento em outros anos poderá reforçar esta conclusão ou mostrar uma tendência de estagnação da Rede.

O Núcleo Litoral Catarinense desenvolveu ações que permitiram sua organização e aponta para um futuro promissor, pois se localiza numa região estratégica do ponto de vista ecológico e turístico, podendo dar um salto de quantidade de organizações integrantes e qualidade em seu trabalho.

As normas e os princípios da certificação participativa, o roteiro orientador das visitas do Conselho de Ética, a proposta de FRC contidos no caderno de formação da Rede Ecovida e as

normas de produção ecológica foram produzidos a partir do acúmulo e percepções da ECOVIDA em suas relações internas e externas com outras organizações. Isto propiciou um sentimento de pertencimento e co-responsabilidade muito fortes, ao mesmo tempo que pode dificultar o reconhecimento externo por se tratar de um processo eminentemente endógeno. Por outro lado, se os sistemas participativos de garantia forem reconhecidos, a questão anterior torna-se pouco provável.

Quanto à formação em CPR, os momentos de capacitação, como o ocorrido na oficina, mostram-se como de fundamental importância para o aperfeiçoamento do processo. Uma das sugestões foi que ocorra uma capacitação periódica dos Conselheiros de Ética, pois estes desempenham um importante papel na geração de credibilidade em cada núcleo.

O caráter compulsório da Lei 10.831 é avaliado por muitos como um fator que poderá contribuir para manter a agricultura orgânica como uma realidade para poucos produzirem e poucos comerem seus produtos! Neste sentido, uma mudança da legislação dando à certificação, ou melhor, aos modos de avaliação da conformidade, o caráter voluntário, talvez seja o mais sensato que possamos fazer, pois isso não impede aqueles que quiserem reconhecer seus produtos e processos de fazê-lo, mas o contrário obriga os que não querem, não podem ou não precisam, de exercer sua liberdade.

A CPR desenvolvida pela ECOVIDA hoje, sem modificações, aproxima-se mais do participativo do que do conceito de certificação, ou seja, ela constitui-se num Sistema Participativo de Garantia e não da certificação propriamente dita. Assim, o trabalho para a construção deste sistema com reconhecimento legal, talvez seja a grande contribuição que a Rede pode dar ao Brasil, e este, ao mundo!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S.G. de; CORDEIRO, A.; PETERSEN, P. **Crise sócio-ambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola..** 1ª Ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.

ALTIERI, M. **Palestra em aula.** Florianópolis, novembro de 2001.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 de dezembro de 2003.

DESER, Boletim do. **Normatização de produtos orgânicos no Brasil.** Instrução Normativa nº 07/99 de 17 de maio de 1999, Curitiba, agosto de 1999, nº 104.

FLIGSTEIN, Neil. **Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado.** Contemporaneidade e Educação. P. 26-55, 2001.

GRANOVETTER, Mark. **Economic action and social structure: the problem of embeddedness.** P. 481- 510, 1985.

GRIZANTE JÚNIOR, V. e BASTOS, G.A.G.: **Avaliação da conformidade de produtos.** São Paulo, 2003. 77p. Monografia (MBA em Engenharia da Qualidade). Escola Politécnica, Universidade Federal de São Paulo.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06. **Ministério da Agricultura.** Janeiro de 2002.

MEIRELLES, Laércio R. **Comercialização e certificação de produtos agroecológicos.** Texto produzido para o Encontro Nacional de Agroecologia, Rio de Janeiro, julho de 2002.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Normas de organização e funcionamento.** Lages, maio de 2000. 12p.

_____. **Diretrizes para obtenção da qualidade agroecológica.** Florianópolis, out 2001. 18p.

SAMPAIO, F.; FLORES, M. **Comércio ético e solidário e a agricultura familiar brasileira. In comércio ético e solidário.** FRANÇA, C. Luiz (org). São Paulo, Fundação Friedrich Ebert/ILDES, dez 2002. p. 13 - 28

SANTOS, L.C.R. **A certificação participativa de produtos ecológicos desenvolvida pela Rede Ecovida de Agroecologia – limites e desafios.** Florianópolis, 2002. 28p. Monografia (especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. **Formação e consolidação da Rede Ecovida de Agroecologia e sua experiência de certificação participativa.** In: Comércio ético e solidário no Brasil. França, C.L. de (org). São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ILDES, dez 2003, pp.125-134.

_____. (coord.); FONSECA, M.F. **Construindo a certificação participativa em rede no Brasil: cartilha para subsidiar as oficinas locais.** Florianópolis: Grupo de Agricultura Orgânica, 2004.

_____. (coord.); OLIVEIRA, D. **Caderno de formação em certificação participativa.** Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.

ANEXOS

